

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

HERIK EDUARDO SOUSA ALVES

Narrativas em Disputa: A luta armada brasileira nas páginas do *Orvil* e do *Combate nas Trevas*

São Luís - MA
2022

HERIK EDUARDO SOUSA ALVES

Narrativas em Disputa: A luta armada brasileira nas páginas do *Orvil* e do *Combate nas Trevas*

Monografia apresentada ao Curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de Licenciatura em
História. Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Monica Piccolo
Almeida Chaves.

São Luís – MA
2022

Alves, Herik Eduardo Sousa.

Narrativas em disputa : a luta armada brasileira nas páginas do Orvil e do Combate nas Trevas / Herik Eduardo Sousa Alves. – São Luís, 2022.

55 f. : il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ditadura. 2. Narrativas. 3. Luta armada. 4. Organizações. I. Título.

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

HERIK EDUARDO SOUSA ALVES

Narrativas em Disputa: A luta armada brasileira nas páginas do *Orvil* e do *Combate nas Trevas*

Monografia apresentada ao Curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do
Maranhão para o grau de Licenciatura em
História. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo
Almeida Chaves.

Aprovada em: 22/07/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

São Luís - MA
2022

AGRADECIMENTOS

Nas próximas linhas tentarei descrever a gratidão às pessoas que estiveram presentes no processo longo e árduo de crescimento acadêmico e também pessoal e me ajudaram eventualmente ou durante todo o processo.

Sendo assim, gostaria de agradecer primeiramente ao universo que proporcionou o encontro de várias dessas pessoas que durante o processo de graduação estiveram amaciando a luta diária que era trabalhar quarenta horas semanais e ser discente ativo do curso de graduação em história.

Meus agradecimentos aos colegas de turmas, das duas do qual frequentei, a paciência, ao companheirismo, e por amenizar diariamente as dificuldades que acredito que tenha sido uma gratificação recíproca. Agradeço pelas conversas antes das aulas com meus colegas da turma de 2017.1, do qual quebrava a pressão do começo da vida acadêmica e fazia com que muitas das vezes ambos não se sentissem sozinho nessa etapa que era importante para todos, as piadas desalocadas que em meio ao cansaço conseguiam me fazer rir.

Também agradeço a turma de 2017.2 do qual estive presente até a conclusão do curso, das conversas sobre filmes e humor de teor um pouco duvidoso, das vezes que me informavam sobre questões de disciplinas quando não era possível que estivesse em sala de aula, e da paciência com meu niilismo exacerbado e do teor melancólico diário.

Agradeço a minha companheira, Catarina Cecília, pelo apoio constante a minha vida profissional e acadêmica, pelas palavras de conforto quando haviam dificuldades (que não eram poucas), e a paciência pela minha negatividade em relação à vida.

Agradeço ao corpo docente do curso de história da Universidade Estadual do Maranhão pela empatia com a realidade dos alunos, e das conversas sobre a vida, especialmente com o professor Fábio Henrique do qual suas conversas às segundas e terças logo cedo, durante a disciplina de história moderna, me inspiraram a não desistir.

Por fim, agradeço a minha orientadora professora Monica Piccolo pela paciência e pelas oportunidades, sem as quais não seria possível elaborar o presente trabalho.

“E se a democracia que pensávamos estar servindo já não existe, e a República tornou-se o mal que temos lutado para destruir?”

(Padmé Amidala - Star Wars)

RESUMO

A partir da ascensão da extrema direita no Brasil, fez-se necessária a análise das narrativas presentes antes e durante o governo para entender os motivos que levaram à vitória do atual presidente, ex-capitão do exército, Jair Messias Bolsonaro. Sabe-se que o discurso que fomentou essa conjuntura política não é novo, e sim uma herança do período da ditadura civil-militar brasileira. Entre os novos documentos que surgiram nos últimos anos, pretende-se analisar a obra *Orvil - Tentativas de Tomada de Poder* (2012) para compreender duas questões pertinentes ao debate historiográfico: a visão sobre a oposição, tratada como uma parte da sociedade a ser combatida e exterminada; e a adaptação de uma narrativa do período ditatorial à história recente da democracia brasileira. A obra “*Combate nas Trevas*” (1987) foi escolhida por tratar da luta armada da esquerda brasileira dentro de uma perspectiva de quem estava diretamente ligado a essas organizações de esquerda. Já a segunda, *A Revolução Da VPR, A Vanguarda Popular Revolucionária* (2021), uma obra recente, aborda não somente a luta armada, mas também os conflitos internos entre membros das organizações e trabalha suas complexidades, não só dessas organizações, mas dos sujeitos que estavam inseridos dentro delas, sendo eles civis, estudantes, intelectuais ou até mesmo militares. Conclui-se que são obras de extrema importância para entender as relações de poder e política dentro do período da ditadura civil-militar, pois abordam não só a presença e ação dos militares e militantes dentro do período, mas também a participação de parte da sociedade brasileira, que não tinham ligação direta com nenhum desses grupos.

Palavras-Chave: ditadura, narrativas, luta armada, organizações.

ABSTRACT

Since the far right ascension at Brazil, it was made a necessary analysis of the current narratives before and during the government to understand the reasons that took the victory of the actual president, former army captain, Jair Messias Bolsonaro. It is known that the speech promote its political conjuncture isn't new, and yes an inheritance civil-military dictatorship. Among the new documents that emerged in the last few years, it is intended to analyze the work *Orvil – Tentativas de Tomada de Poder* (2012) to understand two relevant questions to historiographical debate: the view of the opposition, treated as a part of Society to be fought and exterminated; and the adaptation of a narrative from the dictatorial period to the recent history of Brazilian's democracy. The work "*Combate nas Trevas*" (1987) was chosen for dealing with the armed struggle of the Brazilian left within the perspective of those who were directly linked to left organizations. The recent work, *A Revolução Da VPR, A Vanguarda Popular Revolucionária* (2021), approaches not only the armed fight, but also the internal conflict between the organizations members and works its complexities, not only from those organizations, but from all members who were inserted in there, being those civilians, students, intellectuals or even militaries. It is concluded that they are works of extreme importance to understand the relations of power and politics within of the period of civil- military dictatorship, as not only approach the presence of military actions and militants in the period, but also the participation from the Brazilian society, who had no direct connection with any of the groups.

Keywords: dictatorship, narratives, armed fight, organizations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPRESSIVAS E O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)...	16
1.1 Breve debate sobre o funcionamento das instituições repressivas.....	16
1.2 Sobre a origem das organizações armadas e a repressão das mesmas.....	19
1.3 As Obras.....	21
1.4 O <i>Orvil</i> - Tentativas De Tomada Do Poder.....	23
CAPÍTULO II - TENTATIVAS DE TOMADA DE PODER - TEORIAS E PRÁTICAS DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES.....	28
2.1 As desagregações dentro do PCB.....	30
2.2 A Organização Revolucionária Marxista Operária - ORM-POLOP e a Ação Popular – AP.....	36
CAPÍTULO III - APONTAMENTOS SOBRE O FIM DAS ORGANIZAÇÕES E O SUFOCAMENTO PELA DITADURA.....	45
3.1 O Movimento Estudantil.....	46
3.2 Breves Apontamentos Sobre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro.....	48
3.3 O Produto Das Lutas Internas e da Intensificação do Regime.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
FONTES.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

LISTA DE SIGLAS

- AI - Ato Institucional
- ALN - Ação Libertadora Nacional
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- AP-ML - Ação Popular Marxista-Leninista
- AP-ML do B - Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
- CIEEX - Centro de Informação do Exército
- CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano
- CENIMAR - Centro de Informações da Marinha
- DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna
- DSN - Doutrina de Segurança Nacional
- ESG - Escola Superior de Guerra
- EsNI - Escola Nacional de Informações
- IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- JEC - Juventude Estudantil Católica
- JOC - Juventude Operária Católica
- JUC - Juventude Universitária Católica
- LAR - Liga de Ação Revolucionária
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro
- ME – Movimento Estudantil
- MEB - Movimento de Educação de Base
- MEC – Ministério da Educação
- MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
- MORELN – Movimento Revolucionário de Libertação Nacional
- MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
- PC-SBIC - Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- POC – Partido Operário Comunista
- SNI - Sistema Nacional de Informações
- UNE - União Nacional dos Estudantes

- VAR -Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
- VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Tipologia de Veracidade de Fontes
- Quadro 2 - Principais Organizações Armadas de Oposição ao Regime Militar

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo fazer o levantamento das narrativas presentes em obras escritas por agentes que participaram diretamente das instituições de repressão do Estado, e das organizações contrárias ao regime durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). O debate será norteado a partir das narrativas em torno da luta armada e como os eventos em torno da mesma se sucederam dentro das narrativas dos militares e militantes, assim, levando em conta a necessidade da especificidade das obras e seus respectivos autores estarem ligados diretamente às instituições militares e às organizações contrárias à ditadura, apontou-se duas obras como fontes principais para os debates no presente trabalho, sendo elas o *Orvil - Tentativas de Tomada de Poder* (2012) e *O Combate nas Trevas* (1987).

O desenvolvimento deste trabalho iniciou-se em 2021 como parte do Programa Institucional De Bolsas De Iniciação Científica na modalidade voluntário – PIVIC/UEMA, inserido no projeto *O Mundo Luso-Brasileiro Em Perspectiva Comparada: Ascensão E Queda Dos Regimes Ditatoriais No Século XX*, sob a orientação da Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

Para conceber este trabalho parte-se da ideia de que as narrativas sobre o período do regime militar no Brasil ainda estão em construção, fato esse observado principalmente a partir das eleições de 2018, não excluindo essa existência antes desse ano, porém, no ano de 2018 a ascensão da extrema-direita no país fez com que retornasse para discussão algumas ideias até então “superadas” pela historiografia, presentes exclusivamente nas alas mais conservadoras do país. A existência de um período ditatorial no país é questionada no decorrer do governo Bolsonarista sendo, por exemplo, o Golpe Civil-militar de 1964 nomeado como Revolução pelo então presidente, o ex-capitão Jair Messias Bolsonaro. Não se pretende debater as conjunturas políticas que levaram à ascensão da extrema-direita no ano de 2018, mas sim estabelecer conexões entre as narrativas sobre o período civil-militar atuais, e aquelas presentes nas obras escolhidas para o debate.

No primeiro capítulo, intitulado **Atuação das instituições repressivas e o surgimento das organizações contrárias à Ditadura Civil-Militar**, pretende-se analisar a construção das instituições que agiam em nome do Estado nos atos repressivos, elencando como os agentes que trabalhavam dentro dessas instituições eram considerados capazes de fazer parte das

mesmas, além de apontar também alguns conceitos, como a lógica de suspeição, na tentativa de responder algumas perguntas sobre como e onde esses agentes eram treinados.

Faz-se necessário o debate sobre o funcionamento dessas instituições pois têm ligação direta com o surgimento de organizações contrárias à ditadura, já que essas instituições agiam diretamente em combate dos militantes. Por fim, analisa-se o surgimento das organizações contrárias à ditadura, suas dissidências e as principais que tiveram atuação dentro da luta armada no período da Ditadura Civil-militar, não sendo excluída aquelas que optaram por não pegar em armas.

No segundo capítulo, **Tentativas de tomada do poder - teorias e práticas dentro das organizações**, pretende-se analisar o funcionamento interno das organizações contrárias à ditadura e os conflitos entre os militantes quanto às decisões sobre os rumos da revolução, os principais apontamentos estarão relacionados aos conflitos sobre as vertentes teóricas que deveriam conduzir a ação das organizações. Após os debates teóricos dentro das organizações, pretende-se apontar quais organizações optaram pela luta armada e quais continuaram a tentar a tomada do poder dos militares seguindo a via democrática, assim como quais indivíduos dentro dessas organizações aderiram a cada uma delas. Continuando dentro do mesmo debate, tentou-se apontar como esses conflitos dentro das organizações influenciaram na heterogeneidade em suas composições, levado a cisões que desembocaram na formação de outras organizações.

Por último, o capítulo pretende elencar como era a relação entre os militantes e os militares que estavam ligados às organizações, mas que também continuavam nos seus postos dentro da ala militar. Para fomentar esse debate, se fará a análise da obra *A Revolução da VPR, A Vanguarda Popular Revolucionária* (2021), que foi resultado de extensas investigações sobre as organizações contrárias à ditadura.

O terceiro capítulo, **Apontamentos sobre o fim das organizações e o sufocamento pela ditadura**, tem como objetivo fazer o levantamento dos principais motivos que levaram ao sufocamento das organizações, partindo do pressuposto que a Ditadura Civil-militar e seu sistema repressivo se tornou mais duro após o AI - 5 em 1968, e que seria apenas questão de tempo até as organizações serem sufocadas pelo regime. Também serão apresentadas as cisões e dissidências dentro dos partidos e organizações contrárias à ditadura, seja por questões teóricas ou práticas, que tiveram uma parcela dentro desse resultado. Dentro desse debate, os apontamentos presentes na obra *Orvil* (2012) serão de extrema importância para compreender os artifícios usados pelo regime para sufocar e derrotar essas organizações.

Para finalizar, buscou-se analisar as reverberações das narrativas feitas pelos militares em suas obras no atual contexto político no Brasil, a partir do Golpe de 2016 e nas eleições de 2018.

CAPÍTULO I - ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPRESSIVAS E O SURGIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

1.1 Breve debate sobre o funcionamento das instituições repressivas

O presente capítulo se inicia com alguns debates ainda presente na historiografia e outros ainda na memória dos militantes e militares ligados diretamente ou não aos grupos de resistência ao governo militar e aos aparelhos de repressão do Estado. É importante destacar que as obras *Orvil* e *Combate nas Trevas* serão os documentos usados para análise do ponto de vista das lideranças de ambos os lados.

O debate historiográfico que aqui será apresentado restringe-se ao desenvolvido entre os autores marxistas sobre o período e dos chamados revisionistas, que traz alguns pontos pertinentes diretamente ligados à pesquisa, como luta armada, traumas psicológicos e esquerda não democrática. Carlo Fico (2017) relata que segundo os revisionistas a luta armada foi uma das grandes responsáveis por traumas dentro da esquerda armada uma vez que o grande erro da esquerda se havia sido o fato dessa militância armada ser muito jovem, o que dificultava o processo de sigilo das organizações contrárias à ditadura que estavam ligados a esquerda durante o período. Alguns fatos podem reforçar a teoria da juventude na luta armada, podendo ser citada a presença de membros da União Nacional dos Estudantes (UNE), organização que tinha essa aproximação com a esquerda desde o governo Jango, e tomou frente nos conflitos armados contra o Estado.

O Daniel Aarão Reis, um dos mais expressivos representantes do grupo que ficou conhecido como “revisionista”, questiona diretamente a luta armada analisada na pesquisa ao propor a existência de um deslocamento de sentido na memória construída pelos próprios militantes da esquerda. O autor defende que a esquerda optou e se aproveitou de diversos eventos para legitimar o caráter de resistência ao Estado, como o ocorrido na luta pela anistia de 1979. Segundo Renato Lemos (2002) a aprovação da Lei de Anistia resultou do acordo entre setores moderados do regime militar e da oposição, porém, com iniciativa dos primeiros e com maior benefício para esse setor, o que se criou uma memória em que a anistia foi uma vitória da esquerda enquanto seus maiores beneficiados até hoje foram os percuressores do regime militar e autores diretamente ligado ao sistema repressor. Em síntese, Daniel Reis (2014) entende que a esquerda criou essa memória traumática no chamado deslocamento de sentido se apropriando de fatos inquestionáveis quando, na verdade, os mesmos estão agora sendo postos em xeque pelos revisionistas. Assim, Daniel Aarão Reis entende que a produção sobre o regime

tratou os eventos nele ocorridos como “verdades irrefutáveis, processos históricos objetivos, e não versões consideradas apropriadas por seus autores” (REIS, 2014, p. 133).

Ainda sobre a esquerda armada no período, para colaborar com o debate, há apontamentos sobre o questionamento da duração da ação da esquerda armada. Quando se fala em memória de militantes e militares, subte-se que esses dois atores estão inseridos no mesmo período, porém, o que define a ação da esquerda armada? Os movimentos que foram orquestrados dentro de organizações políticas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o movimento camponês, ou qualquer simpatizante da esquerda que optou pela luta armada? Esse debate abre ainda mais o leque de informações necessárias, como a dúvidas se os movimentos estavam mais preocupados em fazer a revolução ou restaurar a democracia, ou ambos.

No debate específico sobre a e luta armada, no posterior ao Golpe de 1964, serão levantados pontos sobre a mesma ser resposta à ditadura ou tentativa de tomada de poder. No que se refere ao primeiro ponto, partiremos da lógica em que a esquerda estava isenta de meios políticos democráticos para lutar contra a ditadura e optou pela luta armada; no segundo, verificaremos o motivo de se achar que poder-se-ia tomar o poder dessa forma levando em conta o pouco poder belicoso dos movimentos de esquerda. Parte da historiografia também parte do ponto que o Golpe e o regime foram respostas a luta armada, por hora, descartamos essa possibilidade.

A interpretação que defende que a luta armada era uma tentativa de tomada do poder, ou seja, de lutar pela revolução e não pela democracia, toma força a partir dos discursos feitos pela Escola Superior de Guerra (ESG) e, dentro dela, do Manual Básico de Guerra, em que essa tentativa de revolução pela esquerda armada estará inserida na categoria de Guerra Revolucionária. Para a ESG essa é a guerra mais perigosa para a nação, pois o inimigo já se encontra no território e torna todas as pessoas inseridos nele suspeitas de serem subversivas. Essa ideia de revolução legitima alguns aparatos do regime, principalmente os de informações e dá aval a todos os tipos de processos de espionagem, investigação e repressão.

Dentro desta lógica, pode se compreender que a ideia de revolução tenha sido um discurso do próprio Estado para legitimar seus aparatos. O questionamento não é se essa tentativa de revolução ocorreu ou não, mas, como esse discurso foi usado por ambos os lados. Um debate mais significativo sobre o assunto será tratado quando usarmos o *Orvil* e o *Combate nas Trevas*, pois ambos narram o mesmo período e as mesmas ideias porém de ponto de vista diferentes.

Ao mesmo tempo que temos uma esquerda dizendo que optou pela luta armada por falta de opções democráticas de lutar com o regime, o Estado aponta a mesma como tentativa de estabelecer a revolução comunista, ou seja, pela guerra revolucionária, assim, o Estado poderia usar todos os meios que lhe fossem possíveis para garantir a segurança da nação.

A ESG, tomando como referência o Manual Básico de Guerra, fica responsável por combater os revolucionários, tomando como um de seus mais importantes instrumentos o Serviço Nacional de Informação (SNI), responsável por obter informações das organizações contrárias ao regime e apontar os possíveis militantes dentro da chamada comunidade de informações. Os agentes do Estado usavam técnicas de interrogatório para obter informações dos suspeitos de subversão aprendidas através de cursos no Panamá. Segundo um militar que realizou esse curso de técnicas de informações:

Os interrogatórios, em geral, eram feitos por pessoal mais especializado, e uma das técnicas utilizadas era fazer cansar o interrogado. Por exemplo, começa-se o interrogatório às duas horas da tarde e, às cinco horas da manhã seguinte, o indivíduo ainda está sendo interrogado. (...) Em todos os cursos de informações aprende-se a fazer isto. Uns chegam e ameaçam: "Você vai sofrer punição por isso". Aí, o outro diz: "Não, eu sou seu amigo. Ele é muito bruto, muito nervoso". Então procura ser amigo do interrogado para colher informações. Quando fica padrinho, amiguinho, chega outro mais violento, mais zangado: "Nada disso, você tem de dizer a verdade. O que ia fazer com o fulano?" Dali a pouco aparece outro. Então, faz-se ele repetir vinte vezes a mesma coisa (D'ARAÚJO, 1994, p. 207).

Alguns desses relatos de militares diziam que mesmo o interrogado suspeito de atividades subversivas, e de participar da suposta revolução, ou de simplesmente simpatizar, mesmo não fazendo parte do movimento, se sentia intimidado e relatava que participava desses movimentos, mesmo que muitas vezes não participasse. Esse relato, que ocorria constantemente, está presente tanto entre militantes como de militares. Dessa forma, a Guerra Revolucionária era “combatida” mesmo que alguns inocentes fossem incriminados. A luta armada era interrompida e seus líderes eram presos. O que prejudicava grande parte do movimento era o fato de que a maioria dos participantes eram jovens e inexperientes, e facilmente encontrados pelo Estado.

Havia dentro do SNI seis tipos de fontes e seis graus de veracidade do informe, que se organizavam segundo o quadro abaixo:

Quadro 1 - Tipologia de veracidade de fontes			
FONTES		VERACIDADE	
A	Fonte Idônea	1	Grande probabilidade de verdade
B		2	

C	Razoavelmente idônea	3	Possibilidade de ser verídico
D		4	
E		5	
F	Fonte desconhecida	6	Pouca possibilidade de veracidade

Fonte: MAGALHAES, 1997 (p. 47)

Geralmente o agente do tipo C, era do próprio exército, formado pela Escola Nacional de Informações (EsNI), enquanto os agentes de tipo D, E e F eram informantes eventuais (informantes espontâneos, simpatizantes do regime, trocavam informações por apoio pessoal).

O analista de informações recebia esses dados, analisava e mandava para os seus superiores, determinava qual poderia ser uma real ameaça e descartava de acordo com seu julgamento pessoal da análise dos dados.

1.2 Sobre a origem das organizações armadas e a repressão das mesmas

As principais organizações armadas, a chamada esquerda revolucionária, que não acreditava na via pacífica como forma de chegar ao poder, que se estabeleceram dentro do regime militar fora desagregações do PCB, que defendia que a única forma de chegar ao poder era através de reformas no sistema, reforma agrária, reforma na educação e destruindo as instituições burguesas. As organizações que optaram pela luta armada estavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), ambas desagregadas do PCB, a última desagregada antes mesmo do golpe. Lembrando que alguns autores sintetizam essas organizações não como parte do processo de luta contra o regime, mas apenas uma forma de “contrapropaganda”, que cometiam crimes como assalto a bancos e sequestros e por esse motivo, as memórias oficiais dos movimentos de esquerda e de outros grupos sociais são antes objetos de análise do que fontes de acesso a uma suposta versão verdadeira, (FICO, 2004).

Houve um enfraquecimento das organizações logo na primeira década do regime militar, o que fez com que membros dessas organizações debandaram com o endurecimento do regime e a prisão dos seus líderes, principalmente após o AI-5 que introduziu, segundo Maria Helena Alves (1985) um terceiro ciclo de repressão. O AI-5 também é o responsável pelo enfraquecimento dos partidos políticos, os dois principais partidos MDB e ARENA foram privados dos seus direitos políticos e, seguindo a lógica da guerra revolucionária, considerados inimigos internos. A partir de 1968, o movimento estudantil também é enfraquecido após a prisão de 800 líderes em um congresso em São Paulo, acontecendo o mesmo com os líderes de

sindicatos e líderes camponeses, deixando a esquerda que optava pela tomada do poder de forma democrática e pacífica de mãos atadas.

O terceiro ciclo de repressão estava ligado principalmente às organizações do Estado, universidades, empregos públicos, e principalmente, setores da classe média, que em sua maioria, ainda não tinha sentido a repressão. O AI-5 é um grande projeto nacional que “democratizou” a repressão em todo o território nacional, e pôs em prática os objetivos da ESG, e da Doutrina de Segurança Nacional, a suspeição de qualquer membro da população.

Com o aumento da repressão em todos os setores, abre-se espaço para os líderes que defendiam a tomada do poder de forma não pacífica dentro das organizações da oposição ficarem à frente do movimento de resistência, a questão já vinha sendo discutida pelo menos desde 1967.

A partir desse momento, se concretiza a ideia que as organizações da oposição armadas botaram em prática seus ideais pela ausência de formas de resistência pelas linhas democráticas, porém, não quer dizer que a mesma não ocorreria se não houvesse em 1968 o AI-5. Pela separação das organizações de oposição, é provável que mesmo com possibilidades de linhas democráticas de tomar o poder alguma parte dos militantes optariam pela luta armada, fomentados pelo crescente anti-imperialismo norte-americano, pela revolução chinesa de Mao e nas américas pela Revolução Cubana.

Dentre aspectos importantes para se entender a luta armada, destaca-se o fato de que seus atores eram jovens, além de que a luta armada, que começa em 1969 e continua pelos próximos cinco anos, se dá principalmente por membros do setor estudantil, acontecendo em sua maioria na região urbana, sendo a maioria dos militantes membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que surgiu após cisão do PCB.

Não se pode pensar que era ingenuidade dos militantes achar que poderiam derrubar o regime militar com pouco contingente e poucas armas, e seu tamanho irrisório em comparação ao sistema implantado. No contexto de 1969, praticamente todos os aparatos de repressão estão implantados e legitimados pelo Estado, assim, o ideal revolucionário tomava força no discurso que dizia que uma pequena parte de militantes poderia desencadear uma revolução na América Latina, Maria Helena Alves diz:

Os estudantes que haviam participado do movimento de oposição após o golpe de 1964 sofreram profunda influência das teorias sobre guerra revolucionária. As experiências de Cuba e do Che Guevara na Bolívia levaram-nos a apoiar uma estratégia revolucionária preconizada por alguns partidos políticos de esquerda clandestina. (...) Além disso, a ilimitada violência associada ao AI-5 convenceu muita gente de que a ditadura estava àquela altura tão firmemente implantada que só poderia ser derrubada pela força das armas. Foi o argumento final para a adesão de muitos membros da classe média a luta armada” (ALVES, 1985, p.142).

Dessa forma, existe uma série de motivos e momentos desses grupos, existem inúmeras outras cisões dentro dos partidos que optaram pela luta armada, no que se refere aos ideais se seus líderes e a uma falta de homogeneidade do que realmente devia ser feito para tomar o poder com a luta armada. As cisões fomentaram o enfraquecimento dessas organizações, que muitas vezes já não tinham uma base solidificada. Os conflitos de interesse dessas organizações serviram para construí-las, porém, não para mantê-las. Importante citar que nem sempre essas divisões se davam por motivos internos. O sequestro e morte de líderes e membros, por exemplo, forçaram algumas organizações a se reorganizar ou se aliar a outro partido. No quadro abaixo podemos ver as principais organizações que aderiram à luta armada e período do regime militar, responsáveis pelas ações de maior impacto político e de maior retorno financeiro e logística para a guerrilha brasileira:

Quadro 2: PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES ARMADAS DE OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Ação Libertadora Nacional (ALN)
Comandos de Libertação Nacional (COLINA)
Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)
Vanguarda Armada Revolucionária (VAR- Palmares)
Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)

Fonte: ANGELO, 2014, p.60.

O quadro acima será usado como base para o estudo das organizações contrárias à ditadura, pois são inúmeras as organizações dentro do período. Era comum alguns militantes insatisfeitos com a organização ao qual pertencia, saísse e fundasse outra com seus próprios fundamentos. Sendo assim, fez-se necessário fazer o recorte dessas organizações a serem estudadas.

1.3 As Obras

A partir da ascensão da extrema direita no Brasil, fez-se necessária a análise das narrativas presentes antes e durante o governo para entender os motivos que levaram à vitória do atual presidente, ex-capitão do exército, Jair Messias Bolsonaro. Sabe-se que o discurso que fomentou essa conjuntura política não é novo, e sim uma herança do período da ditadura civil-militar brasileira. Neste trabalho buscou-se em partes entender a relação entre o atual governo e o discurso presente numa parte tão sombria da história que permeia a sociedade, pois, mesmo

com um arcabouço teórico e historiográfico sobre o período, é pertinente a análise de novos documentos e novas produções que vêm surgindo para fomentar o debate.

Entre os novos documentos que surgiram nos últimos anos, analisou-se a obra *Orvil - Tentativas de Tomada de Poder* (2012) para compreender duas questões pertinentes ao debate historiográfico: a visão sobre a oposição, tratada como uma parte da sociedade a ser combatida e exterminada; e a adaptação de uma narrativa do período ditatorial à história recente da democracia brasileira.

O estudo das organizações a partir da literatura militar deve ser alvo de renovação constante. A própria obra *Orvil* (2012), mesmo sendo uma produzida nos anos 1980, ficou restrita às altas patentes do exército brasileiro, sendo difundida a um público amplo apenas em 2012. Mesmo que já sendo objeto de estudo para alguns historiadores (Figueiredo, 2009; Brandão, 2012; Leite, 2012) é cabível uma análise específica de cada assunto abordado na obra, pois trata-se de uma obra extensa e extremamente complexa, diretamente relacionada ao atual governo em seu discurso. De fato, a família Bolsonaro não esconde a admiração pelo livro. Em 2015, temos o registro em vídeo do falecido astrólogo Olavo de Carvalho, ex-conselheiro pessoal do presidente até a sua morte em 2022, agradecendo a família Bolsonaro por receber uma cópia do *Orvil – Tentativas de Tomada de Poder*¹.

Vale destacar que a concepção de *Orvil* foi pensada como uma resposta ao livro Brasil: Nunca Mais (1985), que denunciava os crimes da ditadura. Por sua vez, a republicação em 2012, segundo o General Reformado Geraldo Luiz Nery da Silva, autor do prefácio, foi uma resposta à criação da Comissão Nacional da Verdade. Ou seja, esses fatos ligam o *Orvil* diretamente à conjuntura política da última década no Brasil.

A historiografia das organizações contrárias à ditadura também está presente na obra “*Orvil - Tentativas de Tomadas de poder*” (2012), com discursos e narrativas específicas da literatura militar. Diante do advento do crescimento das literaturas de esquerda e da popularização do *Orvil*, pretende-se usar o *Orvil* para analisar os discursos e narrativas sobre a formação, organização e ações dessas organizações dentro da perspectiva de quem estava no poder. Como contraponto, a partir de uma perspectiva de comparação, faz-se uso das obras *O Combate da Trevas* (1987), do historiador Jacob Gorender, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro - PCB, e *A Revolução Da VPR, A Vanguarda Popular Revolucionária* (2021), resultado de extensas investigações sobre as organizações contrárias à ditadura.

¹ Nome do vídeo. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=UK-fvzJ8fD4>. Acesso em: 12/02/2022

A obra “*Combate nas Trevas*” (1987) foi escolhida por tratar da luta armada da esquerda brasileira dentro de uma perspectiva de quem estava diretamente ligado a essas organizações de esquerda. Já a segunda, uma obra recente, aborda não somente a luta armada, mas também os conflitos internos entre membros das organizações e trabalha suas complexidades, não só dessas organizações, mas dos sujeitos que estavam inseridos dentro delas, sendo eles civis, estudantes, intelectuais ou até mesmo militares. A obra, que é resultado de uma extensa pesquisa historiográfica, tem como uma das suas especificidades a presença de diversos autores que participaram diretamente dessas organizações.

Conclui-se que são obras de extrema importância para entender as relações de poder e política dentro do período da ditadura civil-militar, pois abordam não só a presença e ação dos militares e militantes dentro do período, mas também a participação de parte da sociedade brasileira, que não tinham ligação direta com nenhum desses grupos.

1.4 O *Orvil* - Tentativas De Tomada Do Poder

Segundo o *Orvil* (2012), todo o contexto do golpe militar e a justificativa para tais atos são as chamadas tentativas de poder pela esquerda armada, seja pela via pacífica ou pela luta armada. Os autores justificam as ações autoritárias do regime como apenas resultado de uma ação primeira dos militantes das organizações criminosas, surge a partir daí o questionamento sobre a forma que a repressão tomava forma, e se havia outras formas de atingir os mesmos resultados pela via democrática. São questionamentos que voltam ao debate constantemente, mas o objetivo proposto é apontar como os autores relataram esses eventos e o associavam diretamente a tentativa de tomada do poder, ou seja, eventos isolados eram usados como justificativa, não só para tomada de poder pelos militares, mas também para repressão, censura, tortura. As tentativas de poder não foram usadas somente como justificativa para uma intervenção militar no executivo, mas, uma forma de justificar todos os aparatos que fizeram parte do regime, os de tortura, de vigilância e de censura.

Quando se fala em *Orvil* (2012) devemos voltar ao ano de 1985 e lembrar da obra *Brasil: Nunca mais* (1985), que denunciou as ilegalidades do regime e principalmente as torturas que eram negadas pelo tribunal militar, O *Orvil* (2012), que é “livro” ao contrário, é uma resposta à obra *Brasil: Nunca Mais* (1985), o *Orvil* (2012) é escrito no período entre os anos 1986 e 1989² secretamente pelos militares.

² O Projeto *Orvil*, como é conhecido entre os militares, foi desenvolvido entre 1986 e 1989 sob liderança do então ministro do exército Leônidas Pires Gonçalves, porém foi proibida sua publicação pelo então presidente José Sarney, sendo sua primeira publicação oficial apenas em 2012, pela editora Schoba.

Brasil: Nunca Mais (1985) usou os documentos do Superior Tribunal Militar para denunciar os crimes da ditadura, em contrapartida o *Orvil* (2012) é escrito a partir dos documentos do Centro de Informação do Exército (CIEEX) para denunciar os crimes da luta armada. Ressalta-se que a obra *O Combate nas Trevas* (1987) conta com o agradecimento ao Dom Paulo Evaristo Arns, que cedeu documentos a Jacob Gorender para a produção do livro, tendo assim às obras certa comunicação³.

Há uma relação direta entre o que está escrito no *Orvil*, e suas narrativas, com o atual governo, que é pertinente que seja pontuada. Em todos os pontos há um consenso entre o bolsonarismo e a obra dos militares no que se trata da oposição, a esquerda. Em ambos os casos a esquerda é algo a se eliminar, excluir, diluir sem possibilidade de diálogo. No *Orvil* a esquerda é tratada como organizações terroristas, homogêneas e sem particularidades dos partidos. O fantasma do comunismo é materializado em reuniões de esquerdas, sindicatos de trabalhadores e estudantes, discurso idêntico ao que vemos hoje no atual governo, desde a eliminação da esquerda até a ameaças de um golpe de estado.

O comunismo, a revolução e a luta armada, são os principais obstáculos a serem combatidos, porém, o *Orvil* contextualiza o que seria esse marxismo, o comunismo, antes de entrar na prática de combate. Trata conceitos do próprio marxismo de forma pejorativa, sendo a luta de classes um dos problemas envolvidos, e usa principalmente a busca pela ditadura do proletariado como exemplo para dizer ao leitor que a esquerda estava tentando tomar o poder, e por isso teve que intervir. Essa intervenção heroica do militares está presente em vários momentos da obra, o que chama atenção é a forma como se assumem os excessos pelos militares, mas sempre justificando como se fosse uma resposta aos “terroristas”. Além disso, associa outras instituições à luta armada que, segundo os militares, agiam indiretamente para favorecer as organizações clandestinas, como o movimento dos direitos humanos, acusado de favorecer esses atos e ter uma tendência quando se julga o que é violação dos direitos humanos ou não, o autor afirma:

Porém, essas pessoas mortas e feridas onde se incluem mulheres e até crianças e, na maioria, completamente alheias ao enfrentamento ideológico --, por serem inocentes e não terroristas, não estão incluídas na categoria daquelas protegidas pelos "direitos humanos" de certas sinecuras e nem partilham de uma "humanidade comum" de certas igrejas. Nem parece que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única. A razão, porém, é muito simples. Essa Igreja está sabidamente infiltrada, assim como o Movimento de Direitos Humanos dominado, por agentes dessa mesma ideologia, como ficará documentado ao longo deste livro (MACIEL; NASCIMENTO, 2012 p. 39).

³ O texto está presente no prefácio da Obra *O Combate nas Trevas*: “Em primeiro lugar, meu agradecimento a D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, por ter facultado o acesso a documentos do Arquivo do Projeto Brasil Nunca Mais”. (GORENDER, 1985, p. 7)

Outras instituições foram acusadas de colaborar com o “terrorismo”, ou seja, que no alto escalão dessas instituições estariam “agentes dessa mesma ideologia”. Além disso, há algumas narrativas de eventos que ocorreram dentro dessa guerra revolucionária, trajetórias de militares contadas de maneira homérica dentro do *Orvil* com o objetivo de se construir um “legado” para quem esteve dentro dessa luta contra o comunismo. O caso de policiais militares que evitaram atentados e outros que foram mortos por militantes não são raros dentro dessa literatura, a exemplo, o Tenente Mendes, morto na década de 1970 por militantes, foi tratado como herói, por trocar sua vida em troca das dos seus colegas que estavam feridos, uma forma de exaltar o militarismo perante a sociedade e uma forma de velar os excessos cometidos pelos mesmos.

A construção das narrativas presente no *Orvil* (2012) está ligada diretamente aos seus autores, o tenente-coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel e o tenente José Conegundes do Nascimento participaram diretamente das instituições e das ações repressivas. Ambos estavam vinculados ao Centro de Informações do Exército (CIE) e agiram na região do Araguaia entre 1972 e 1974.

Além de autores, eram agentes de repressão, responsáveis por mortes durante o período mais duro da ditadura, ou seja, não só estavam envolvidos diretamente com os documentos oficiais do exército a fim de reproduzirem o discurso e as narrativas presente nesses documentos, mas também participaram diretamente de atos contra as organizações contrárias à ditadura presentes no trabalho.

Os autores se preocupam em reafirmar seu discurso sobre os partidos comunistas, usam outros artifícios além das ações terroristas dentro de território nacional, e usam a relação e influência de outros países comunistas e socialistas sobre o PCB, principalmente durante a guerra, e principalmente a influência da extinta URSS sobre o principal líder do PCB Luiz Carlos Prestes. Porém, essa abordagem é muito mais profunda do que simplesmente uma influência ideológica, estabelece que se necessário os comunistas entrariam em guerra com o próprio país caso a potência soviética achasse necessário.

A figura de Prestes não surge no PCB, desde a década de 1930, mesmo exilado no Prata, tinha forte influência sobre a oposição ao governo. No mesmo ano, em maio, Luiz Carlos Prestes funda a Liga de Ação Revolucionária (LAR), e em 1931 se declara comunista, porém não se alia ao principal partido comunista do Brasil, o Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC).

Mesmo declaradamente comunista, Prestes e a LAR, e não concordando com a linha do PC-SBIC, ambos apontados pelos autores, continuam associando os partidos de esquerda como homogêneos, enquanto o PC-SBIC atuava, Prestes foi morar na URSS e ser representante internacional em solo soviético.

A transformação do PC-SBIC em PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1934 alinhou os ideais do partido a tomada do poder pela luta armada, dentro dos novos ideais do partido estava a tomada de terra pelos camponeses usando a violência e o uso das armas pelos mesmos.

A luta, segundo o PCB, deveria ser elevada “até a tomada do poder, instaurando o Governo Operário e Camponês, a Ditadura Democrática baseada nos Conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros”. Com relação ao marxismo-leninismo, jactava-se o Partido de que era o “Único neste país que está baseado nessa ideologia, a qual já levou à vitória o proletariado e as massas populares da sexta parte do mundo, a União Soviética”. (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p.17).

Seguindo o surgimento de novos partidos, em 1935 foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ALN), que servia para unir outras instituições que ficaram de fora do PCB pois além dos operários, a ALN contava com a presença de estudantes, militares e intelectuais.

O crescimento do PC-SBIC, PCB, ALN, LAR, a Intentona Comunista de 1935, a vitória na guerra da aliança entre países comunistas e democracias ocidentais foram vistos pelos militares como aproximação do inimigo interno. Seguindo da “conferência da Mantiqueira” no Rio de Janeiro em 1943 e o período de legalidade durante a anistia do governo Vargas, o PCB se organiza nacionalmente, se comunica com seu público e aproveita para justificar a revolução, ou sua tentativa, com o uso de armas:

Em seu discurso, procura justificar o empunhar de armas em 35, alegando que "o Partido Comunista fez uso, contra a violência dos dominadores, da violência, como única arma de que podiam dispor todos os verdadeiros patriotas" (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 26).

Todas essas ações dos partidos acima citados são configuradas como tentativas de tomada de poder segundo o *Orvil*. Os autores ainda trabalham outras áreas específicas dos partidos como suas ações, lista atentados terroristas e suas vítimas, suas ações consideradas violentas, que podem configurar outras tentativas de tomada do poder.

Conclui-se que a formação das organizações de esquerda e a formação dos aparatos repressivos são imprescindíveis para o debate proposto neste trabalho. Entre 1968-1975 tem-se o apogeu da luta armada no Brasil, porém, é preciso recuar historicamente para compreender alguns aspectos dentro do regime, e também dentro das próprias instituições que citamos neste capítulo.

Houve a necessidade de fazer a análise do contexto das organizações contrárias à ditadura antes da deflagração da luta armada no Brasil, já que a luta armada compreende um processo dentro das organizações, de debates teóricos, discussões, e torna a luta armada um produto de vários acontecimentos não somente dentro das organizações, mas também das atitudes tomada pelos militares durante o regime militar, que influenciou diretamente as decisões dentro dessas organizações de esquerda. A discussão no presente capítulo esforçou-se para explicar o surgimento dessas organizações, porém, exime o debate sobre o funcionamento dentro das mesmas, no que diz respeito aos conflitos internos que levaram as dissidências e a formação de outras organizações.

CAPÍTULO II - TENTATIVAS DE TOMADA DE PODER - TEORIAS E PRÁTICAS DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

A trajetória de tomada do poder pelos comunistas foi interrompida pela “Revolução de 1964⁴”, uma forma de acabar com a influência dos países comunistas sobre o Brasil em meio a Guerra Fria, influência essa trazida pelo governo João Goulart, segundo os militares, simpatizantes dos ideais socialistas. Junto de diversas forças políticas e das forças armadas, ocorreu em 1964 o evento que culminaria na criminalização da oposição e desencadearia a luta armada entre 1968-1974, não que ela não tenha se desenvolvido até mesmo antes da “revolução” e tenha continuado.

Cabe à discussão presente neste capítulo a perspectiva do contexto político anterior e durante o golpe, no que diz respeito às causas que levaram ao golpe de 1964, segundo Jacob Gorender em seu livro *Combate nas Trevas* e segundo a obra escrita pelos militares. Este debate é pertinente, pois, a deflagração do Golpe está intrinsecamente ligada ao contexto das organizações de esquerda e da sua aproximação a elas pelo governo João Goulart, dos seus ideais e também do PCB, principal partido de esquerda na década de sessenta.

A relação entre o governo João Goulart e o PCB, ou pelo menos aos seus ideais pois o PCB continuava na ilegalidade desde 1947, está em ambas as obras, no *Orvil* (2012) e no *Combate nas Trevas* (1987), a primeira aponta que a queda de Goulart se deu principalmente a sua aliança aos setores radicais do PCB e não há suas tendências as reformas defendidas tanto no seu governo quanto no PCB. A obra dos militares trata as reformas como um assunto que poderia ser estudado pelo governo e que o erro de Goulart seria a tentativa de implantá-las de forma não democrática:

Goulart, no entanto, acabou caindo. Sua queda, não se deveu às reformas de base que desejou implantar. Elas eram necessárias e a maioria justa [...] Goulart caiu por causa da estratégia e das táticas que adotou. Pretendeu implantar as reformas com ou sem o apoio do Congresso “na lei ou na marra” como diziam seus seguidores... (MACIEL; NASCIMENTO, 2021, p. 99).

Os primeiros incômodos apontados pelo autor aconteceram no começo da década de 1960, como o contínuo declínio da economia e uma insatisfação do empresariado brasileiro em relação ao governo João Goulart. Esse contexto de instabilidade é usado pelos militares para legitimar a criação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), central na organização e planejamento do golpe. Ambas as obras apontam a crise econômica herdada pelo governo JK como fator responsável pela queda de Jango no seu governo, porém, a obra militar estabelece

⁴ O termo Revolução de 1964 é o termo adotado pelos autores da obra *Orvil* - Tentativas de Tomada de Poder ao se tratar do Golpe de 1964.

um debate raso, como se a crise econômica fosse fator suficiente para tomada de poder através do golpe e que os problemas na política e na economia estavam ligados exclusivamente a quem governava o país, omitindo fatores externos que influenciavam diretamente na atividade econômica brasileira. Para os militares, os problemas na economia e na política se intensificaram desde o fim do governo populista de Juscelino Kubitschek do qual João Goulart também era vice:

A preocupação dos empresários com a infiltração comunista, com a propaganda esquerdista e a estatização vinha de algum tempo. Pelo menos desde os últimos estágios do governo populista de Juscelino Kubitschek. Dessa preocupação resultou uma série de encontros de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais, com a posse de Goulart, se amiudaram. Da troca de idéias sobre suas responsabilidades na manutenção da liberdade e da democracia, surgiu no final de novembro de 1961, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 100).

Para compreender a relação entre o governo populista e o PCB é necessário compreender que essa relação é extremamente conturbada. O PCB se opunha ao Governo Vargas, o que levou sua abstenção de votos em 1950 e a defesa da derrubada do governo populista. Retratando-se do “erro”, o PCB se aproxima do governo Juscelino Kubitschek e o apoia nas eleições de 1955, do qual é vitorioso.

O PCB tinha relações estreitas com Jango, do qual lhe tinha um possível acesso direto, ou seja, os ideais defendidos pelos comunistas poderiam chegar de forma mais clara e direta ao executivo, mas isso não significa que elas seriam acatadas dentro do atual contexto político e econômico do país. O que se percebe é que havia uma comunicação entre as lideranças do PCB e João Goulart, porém essa aliança não significa a atenção de Jango às medidas reformistas que o PCB defendia. Dentro desse contexto, vale ressaltar que Jango também se comunicava com outras esquerdas e não somente ao partido de Prestes, segundo Gorender:

A atuação do PCB no período do Governo Goulart também se defrontou com uma esquerda diversificada, com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido comunista no próprio campo do marxismo (GORENDER, 1987, p. 32).

A partir dessa perspectiva de encontro e desencontros do PCB com o governo populista, seja de Vargas, JK e João Goulart, é possível identificar que os conflitos existentes não se restringiam apenas a relação do partido com os governos, mas também é possível apontar conflitos dentro do PCB que estão ligados diretamente a proposta do presente capítulo.

2.1 As desagregações dentro do PCB

O processo de surgimento das organizações está ligado intrinsecamente à história do PCB, assim como as ramificações das organizações de esquerda no Brasil estão paralelamente postas às teorias e práticas dentro do PCB e também das organizações que iriam surgir antes e após 1964.

A história do PCB arrasta-se pelo menos desde 1935. Considerando os limites impostos e da demarcação histórica para esse trabalho, faremos os apontamentos sobre o PCB a partir do começo da década de 1960, no contexto de renúncia de Jânio Quadros, a posse de João Goulart e suas aproximações com o PCB e a deflagração do Golpe de 1964.

A relação entre PCB e João Goulart esteve presente nas eleições de 1960, vencidas por Jânio Quadros em que João Goulart seria novamente vice-presidente. Porém, após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart estava cotado para ser o novo presidente, contudo, João Goulart não tinha uma boa relação com a ala conservadora do governo e nem com os militares, era considerado populista por ter sido vice no governo JK, e principalmente por ter sido ministro do trabalho durante o governo de Getúlio Vargas do qual tomou decisões que não agradaram os empresários.

A partir desse momento, de renúncia de Jânio Quadros e a necessidade de um novo presidente, foram necessárias algumas convenções para que mesmo não sendo aprovado por ministros militares, João Goulart fosse nomeado presidente. A solução para o problema de vacância presidencial foi a instauração do parlamentarismo em 1961, do qual João Goulart seria nomeado presidente, mas não governaria, sendo a maioria das decisões tomada pelos ministros.

Nesse contexto de política extremamente frágil, já que João Goulart constantemente não conseguia estabelecer um diálogo com os militares, o então presidente opta pela aproximação com os sindicatos e a esquerda, aproximação essa que não foi vista com bons olhos pelos ministros e nem pelo empresariado. Portanto, em seu governo João Goulart passa a defender algumas reformas alinhadas à esquerda política do Brasil representada pelo PCB, as reformas citadas pelo *Orvil* (2012) no qual Jango supostamente iria aplicá-las sem o apoio e/ou consenso do Congresso.

O contexto de 1961, considerado pelo PCB favorável à revolução, fez com que se chegasse à conclusão de que não era a hora de pegar em armas, pois as vias democráticas eram suficientes para aplicar as reformas de estrutura. Ainda em 1961, Luís Carlos Prestes encaminha

ao TSE o Programa e os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro⁵ do qual culminaria em grande insatisfação por parte do PCB, pois o documento ao mesmo tempo que pretendia trazer o PCB para situação de legalidade também continha uma proposta de mudança no partido, que ia contra alguns de seus ideais desde sua criação em março de 1922.

Os desencontros entre as práticas e a abordagem teórica dentro do partido que vinham desde as eleições de 1960, e culminaram no surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido formado por aqueles que mostravam insatisfação com as mudanças que vinham ocorrendo dentro do PCB. A formação do PCdoB é caracterizada pela recusa em se manter na via pacífica e pela adesão à violência para estabelecer a revolução comunista no Brasil, contrariando diretamente as narrativas que veremos mais à frente de que o PCB desde a sua formação em 1922 sempre usou da luta armada nas suas tentativas de tomada de poder.

As eleições de 1960 e a posse de João Goulart não causaram mudanças somente dentro das instituições de esquerda no Brasil. No final de 1962, alguns membros do IPES estavam insatisfeitos com os resultados do instituto e também com a velocidade com que os resultados chegavam. Esses membros decidiram agir individualmente ou em grupos e disseminar suas insatisfações contra o governo e da forma como a política brasileira estava se configurando.

Ainda em 1962 surgiram grupos como a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE), uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, respectivamente. Segundo o *Orvil* (2012), lutavam pela democracia e pela conscientização da população aos mesmos moldes do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) que operava desde 1954.

Deste modo, as principais linhas de oposição ao Golpe de 1964, no que diz respeito às linhas não pacíficas, foram conduzidas pelo PCdoB e também pelo PCB. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), aproveitou o momento para recrutar militantes para o movimento, que posteriormente iriam a campo e precisariam se preparar. Junto com esses novos militantes, o PCdoB também integra alguns membros radicais do PCB, que, além das críticas Golpe, também criticam a forte influência imperialista norte-americana sobre o território nacional e também no exterior.

Segundo Gorender (1987), eram numerosos os militantes em descontentamento com o PCB que migraram para o PCdoB. Membros das ligas camponesas e estudantes mais radicalizados. Apesar dos autores do *Orvil* apontarem que os partidos de esquerda sempre

⁵ Em agosto de 1961, junto do Programa e dos Estatutos, Prestes também encaminha a proposta de mudança do partido, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, o documento buscava a situação de legalidade do qual tinha sido cassada desde 1947.

optaram pela luta armada, em 1966 o PCdoB, se reúne e chega à conclusão que, apesar da ditadura, deviam procurar meios legais para combatê-la, e não há preferência pela luta armada.

Segundo Gorender:

Em julho de 1966, o PCdoB reuniu sua sexta conferência nacional (a numeração leva em conta a reivindicação de continuidade com relação ao PC fundado em 1922). A resolução política aprovada na conferência - *União dos brasileiros para livrar o país da crise da ditadura da ameaça neocolonialista* - se distingue pela justaposição de táticas diametralmente opostas. Na primeira parte, expõe-se a tática julgada adequada a uma situação em que apesar da ditadura militar persistem oportunidades de atuação legal e de movimentos de massa (GORENDER, 1987, p. 107).

O PCdoB ganhou impulso após 1964 por se manter a favor da luta armada contra o regime militar desde a sua fundação em 1962. Ratifica a afirmação de Gorender (1985) que as organizações de esquerda quase sempre tinham suas dissidências, principalmente em relação à luta armada e as formas adotadas para combater o regime.

A luta armada em 1968, com o PCdoB mais consolidado como nunca, e com um número favorável de militantes dentro do partido, resolveu aderir à luta armada de fato, pegando em armas e as levando até em protestos que na teoria seriam pacíficos. Na realidade, o que se pensava dentro do PCdoB, era que a via pacífica não era uma possibilidade, pois as vias legais de tomada o poder tinham sido todas excluídas após 1964:

Diante do recrudescimento das manifestações de massa das grandes cidades em 1968, o PCdoB se limitou a sublinhar que tais ações nos centros urbanos não podiam ter maiores consequências se desacompanhadas de movimentos armados no campo. O dualismo tático-estratégico foi rompido pela Resolução do Comitê Central de janeiro de 1969, intitulada *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Não se fala mais em lutas legais e em saída pela via eleitoral (GORENDER, 1987, p. 108).

Essas narrativas de ações do PCdoB podem ser encontradas no *Orvil* (2012), justificando a repressão que foi feita a todos os setores da oposição ao regime. Dessa forma, demonizando a esquerda como terrorista e reduzindo-as a organizações criminosas. Segundo os autores da literatura militar, todas essas ações fariam parte do plano de tomada do poder para se implantar o comunismo e o socialismo no território brasileiro aos moldes soviéticos e por isso deveria ser combatido.

Dentro dessas organizações está inclusa a própria Igreja Católica, parte dela acusada em 1968 de tentar uma reforma aos moldes marxistas, na qual eram debatidos apenas alguns estudos que buscavam inserir a sociologia e a política dentro dos estudos sobre teologia, o bastante para serem acusados de marxistas e tendenciosos ao socialismo.

Esse grupo de teólogos, entre os quais se destacavam Joseph Pierre Comblin e Gustavo Gutiérrez, voltaria a se reunir em 1965 e 1966 e iria influir, com suas concepções marxistas, na II Assembléia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968. Em

quase todos os trabalhos em que a influência marxista se faz presente, há um aspecto comum a pretensão de identificar o "socialismo" com o "Reino de Deus na Terra". Essa associação de idéias surgiu logo após a primeira Guerra Mundial, apresentada por Karl Barth, teólogo protestante de grande influência e um dos primeiros que começaram construir pontes entre o cristianismo e o marxismo. Barth defendia esse elo, baseado em sua tese de que ambos teriam a mesma finalidade: a construção de uma nova sociedade. Barth, que era membro de um partido socialista-marxista, pretendeu com sua tese aproximar estas duas visões do futuro feliz na Terra (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 138).

A cassação dos direitos políticos pelo prazo de dez anos, que foi considerada por alguns partidos de esquerda a justificativa para a luta armada, tem suas justificativas dentro do *Orvil*. Nesta parte tentaremos entender se haviam de fato sido excluídas todas as possibilidades de retomada da democracia através da legalidade e, a partir da narrativa dos autores da literatura militar passaremos, a entender algumas controvérsias dentro dessa obra.

A narrativa presente no *Orvil* (2012) para justificar a “revolução” mais parece uma justificativa para os atos que englobam todo processo, incluindo de forma velada a repressão, as torturas e todos os excessos cometidos pelo regime. A cassação dos direitos políticos foi uma das primeiras aplicadas, justificada como uma forma de continuidade para o que foi alcançado com a “revolução”. Esse processo também validaria a permanência no poder dos revolucionários. Essa cassação, que duraria dez anos, impediria que partidos políticos tentassem tomar o poder de forma democrática, ou seja, o país voltaria para a corrupção e a subversão.

De certa forma as vias democráticas estavam longe de ser uma possibilidade. Deste modo, não seriam os próprios golpistas responsáveis pelo surgimento da luta armada? Os atores desse evento estavam alinhados em uma narrativa, que continha conflitos. De um lado, se havia o controle de todos os aparatos repressivos do Estado e, do outro, estudantes, trabalhadores, camponeses e intelectuais, uma pequena parcela deles que se alinhava com a luta armada.

A narrativa do *Orvil* argumenta que as organizações criminosas da esquerda foram responsáveis pela violência durante o período do regime, nesse conflito foram incluídos civis. Os autores se perdem em seus discursos ao exporem que os objetivos da revolução somente poderiam ser atingidos com medidas antidemocráticas:

Os objetivos traçados como pré-requisitos ao retorno à normalidade democrática, para sua efetividade, pressupunham a continuidade revolucionária para além do mandato presidencial a se findar. Foram tomadas medidas condizentes com essas metas, algumas de longo alcance, tais como a cassação dos direitos políticos pelo prazo de dez anos e o rígido programa de estabilização econômica. Pela sua própria natureza, esses objetivos exigiam prazo e maturidade, medidas amargas e não seriam alcançados sem traumas (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 142).

Para velar os excessos, o regime aprova as eleições para governadores de 1965, ainda segundo os autores, a prova das “intenções democráticas” da revolução.

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) surge em 1969 e adentra os partidos que aderem à luta armada, resultado dos conflitos ideológicos dentro da Ação Popular (AP), que antes de 1968 já tendia à luta armada. O grupo foi responsável por alguns atentados terroristas em Recife, inclusive contra Costa e Silva em 1966, que fracassou.

Tudo indicaria que a AP seria um dos principais partidos que defenderiam e participariam da luta armada, porém, com a influência de intelectuais marxistas orientais suas lideranças preferem mudar o rumo do partido e extinguir a luta armada como objetivo principal do partido. Essa decisão tomada por parte dos seus líderes faz com que surja o PRT, que além de membros e lideranças descontentes com a AP, recebe ex-membros da POLOP e PCB. Em 1969 é organizado o PRT que tinha como objetivo da sua fundação a revolução socialista.

Em congresso de janeiro de 1969, o agrupamento deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). No seu Programa, o novo partido restabeleceu o objetivo direto da revolução socialista. Calcada na teoria da dependência, sua análise da situação nacional apontou para a eminência de explosões sociais e indicou o caminho da luta armada, como o campo como área fundamental e a guerrilha como forma principal de luta (GORENDER, 1987, p. 115).

Os desentendimentos entre os membros da AP que fizeram com que se organizasse o PRT, foram os mesmos que fizeram com que a AP estreitasse seus laços com o PCdoB. Enquanto o PRT se preparava para a luta armada, e se preocupava em preparar seus membros, principalmente trabalhadores da zona rural, a AP se aproximou do PCdoB, e em 1971 altera seu nome para Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML)

Segundo a literatura militar, a AP era responsável por influenciar intelectualmente a educação e disseminar os ideais da revolução. A AP contava com a aliança entre a JUC, o MEB, a UNE e o próprio MEC, porém, não se limitava a setores relacionados a educação, tendo também forte ligação com o movimento camponês, e apresentando como uma das suas bandeiras a reforma agrária (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 105), ou seja, o grande objetivo da AP era unificar os setores e criar uma grande massa revolucionária.

As organizações consideradas subversivas, que em 1968 já passavam de mais de duas dúzias, foram responsáveis, segundo a lógica dos militares, por diversos atos contra o governo e contra civis, sendo essas ações classificadas como “ações terrorista⁶” mesmo que essas ações em sua maioria fosse uma resposta a privações de direitos e a prisões de membros dessas organizações.

⁶ A nomenclatura de atos ou ações terrorista é usada pelos militares dentro da obra Orvil (2012) para classificar ações que ocorriam em protesto ao governo militar, podendo ou não estar relacionada às organizações contrárias à ditadura e/ou a luta armada.

Dentro dessas organizações operavam diversos setores da sociedade, e o objetivo dessas ações eram várias, uma delas por exemplo, segundo a literatura militar, era testar até onde a repressão legal iria para conter esses atos terroristas.

Esses atos terroristas cometidos pela esquerda foram listados dentro da obra:

Boa parte dessas organizações havia iniciado em 1968 suas ações armadas - através de atos terroristas -, uma técnica de intimidação coercitiva de natureza psicológica. Mais de 50 atentados foram realizados, a maioria em São Paulo, tendo como alvos quartéis, jornais tidos como favoráveis ao Governo ou anticomunista, meios de transportes coletivos, residências de autoridades e representações diplomáticas (no caso, norte-americanas), e resultaram na morte de diversas pessoas. Houve, também, dezenas de assaltos a bancos ou carros pagadores, para "expropriação" de fundos, vários assaltos a pedreiras, para roubo de dinamite e cordel detonante., e diversos assaltos a casas de armas e unidades militares, para roubo de armas e munições. (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 293).

A guerra revolucionária tinha começado, e o inimigo interno precisava ser combatido.

O começo de 1969 foi marcado por grande euforia nos setores da esquerda e também do governo. A ALN e a VPR chegaram à conclusão de que as vias legais já não eram mais uma opção, depois do AI-5, em 1968, as vias pacíficas que já eram limitadas se esgotaram. No governo se “lamentava” a tomada dessa decisão, porém, considerava necessária para controlar a subversão. Seria uma resposta a 1968 aos atos denominados como terroristas que, segundo o governo, a base da literatura militar, já previra um agravamento desses atos, precisava então de alguma forma de asfixiar por completo essas organizações. A justificativa fica vaga pois não foram somente as organizações que estavam na clandestinidade que foram afetadas pelo AI-5, atingindo também setores como a imprensa e o Congresso.

Os setores da esquerda se reorganizaram no primeiro semestre de 1969 para a luta armada, alguns setores que optaram por muito tempo a não adentrar a luta armada foram obrigados a participar mesmo que indiretamente. Com o AI-5, as organizações foram se reorganizando e outras apenas materializaram aquilo que já vinham teorizando nos últimos anos, no caso da ALN e da VPR. A VPR posteriormente se junta à COLINA e funda a VAR-Palmares.

Com o crescimento da guerrilha e da luta armada, em 1969 essas organizações já tinham feito somente em São Paulo aproximadamente cinquenta atentados. Como resposta a esses atos, no final do primeiro semestre de 1969 é formada a Operação Bandeirante (OBAN) responsável por combater esses atos e punir quem fosse capturado se tornando um dos principais centros de tortura em São Paulo. Em 1970 por ordem do presidente Médici a OBAN passa a fazer parte das atividades legais do governo, agora nomeado DOI/CODI II (Destacamento de Operações

de Informações/ Centro de Operações de Defesa do II Exército), o comando do DOI/CODI em São Paulo estava nas mãos do até então major do II exército Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Os objetivos da OBAN estão presentes na literatura militar:

O que era, então, na prática, a “Operação Bandeirante”? Era esse Centro de COORDENAÇÃO, organizado pelo II Exército, constituído inicialmente, de uma Central de Informações e de uma Central de Operações, que tinha como objetivo – conforme sua própria estrutura indicava –, produzir informações sobre as ações dos grupos subversivos de forma centralizada, assim como orientar, centralizadamente, as ações anti-subversivas.

O que visava a OBAN? Seu objetivo era, de um lado, evitar superposições e, de outro lado, lacunas, definindo responsabilidades e com isso tornando mais efetivo o combate a subversão (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 440).

Enquanto a maiorias das organizações focavam suas ações de guerrilha nas cidades, o PCdoB focou em ações de guerrilhas no setor rural. Consequentemente até 1972 poucas foram as prisões de seus membros. Como as guerrilhas e a luta armada tinham seu principal foco as cidades onde se localizam a maioria dos alvos, os órgãos repressores focaram também no ambiente urbano. A OBAN, por exemplo, se preocupou em fazer prisões de líderes considerados como subversivos que atuavam nas grandes cidades. Outra questão a pontuar é que a guerrilha rural chamava menos atenção das autoridades e o PCdoB buscou outros meios de financiar a guerrilha e sua logística, maneiras essas que não chamavam tanto atenção quanto a expropriação de fundos adotada pela maioria das organizações.

As ações de guerrilha do PCdoB no campo foram descobertas e, em um evento que já é de conhecimento da historiografia, o PCdoB, junto com a guerrilha do campo foram sufocados no Araguaia pelo exército, que apesar de muita dificuldade, teve sucesso em desarticular a principal guerrilha no campo no começo da década de 70.

2.2 A Organização Revolucionária Marxista Operária - ORM-POLOP e a Ação Popular - AP

A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), inicia suas atividades antes mesmo de 1964. Era formada principalmente por membros insatisfeitos com o PCB, adotavam a lógica da guerrilha e tinha como seus membros intelectuais da esquerda que moravam no sul do Rio de Janeiro, por isso era chamada de Guerrilha de Copacabana.

Há um certo consenso sobre o surgimento da ORM-POLOP nas duas obras. Ambas tratam do surgimento dessa organização em meio também a críticas ao PCB e suas aproximação com o governo João Goulart. Seus membros defendiam que a revolução devia ser socialista, âmbito do qual o PCB tinha se afastado desde a sua cisão. A ORM-POLOP se aproximaria do

recente formado PCdoB que simpatizavam dos seus ideais teóricos, tanto por defender a luta armada e o Trotskismo, quanto por se afastarem da revolução "nacional-democrática" do PCB.

Apesar de congregarem ex-membros do PCB, tanto a POLOP quanto o PCdoB não conseguiam adentrar às massas populares. Não obstante, o apoio dos trabalhadores e as críticas contra a burguesia não conseguiam o mesmo apoio nem influência que o PCB tinha dentro da classe operária. Pode-se dizer que, após o surgimento da ORM-POLOP, ocorreu um efeito dominó no que diz respeito às cisões dentro das organizações de esquerda. Estas começaram a ter mais especificidades a partir do ponto em que elas superavam as dificuldades teóricas sobre revolução e também as práticas sobre luta armada ou via pacífica.

O *Orvil* cita brevemente a POLOP como mais uma desagregação do PCB, encaixada nos mesmos ideais do PCdoB. Deste modo, a obra finaliza sua concepção sobre a ORM-POLOP:

A Revolução de 31 de março de 1964 encontrou a POLOP às voltas com discussões teóricas e na incipiente tentativa de penetrar no meio operário, até então impermeável a essa organização de origem intelectual burguesa (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 52).

A POLOP ou “guerrilha de Copacabana”, como era conhecida, teve uma breve ascensão e queda no que diz respeito à ação violenta e armada, durante 1964. Mesmo sendo desarticulada pela polícia, levantou importantes debates sobre as ações das esquerdas sobre a forma como as organizações estavam sendo tratadas. Apontou grandes avanços sobre a atuação violenta e sobre a luta armada. A organização tinha apoio financeiro de Leonel Brizola que pouco tempo após a deflagração do Golpe interrompeu sua colaboração financeira com a POLOP. A falta de recursos não impediu que o foquismo⁷ da POLOP continuasse sendo atuante até pelo menos 1966.

No mesmo ano, a direção da POLOP decide adiar o projeto do foco guerrilheiro. O texto não aborda se isso teria ligação direta com a falta de financiamento. Contudo, a organização escolhe abordar o foquismo a “longo prazo”. A mudança de rumo na forma do foco guerrilheiro esteve atrelada diretamente à associação da POLOP como o movimento operário a partir das “teses de Tiradentes⁸”. Esses apontamentos constam diretamente na obra militar que é limitada de certa forma às ações práticas e teóricas da POLOP.

⁷ O foquismo ou teoria do foco, segundo Gorender (1987, p. 80), “consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos”. O foquismo seria a principal linha teórica aos moldes da revolução cubana que guiaria a maioria das organizações contrárias à ditadura na luta armada.

⁸ As teses de Tiradentes é um documento da ORM-Polop que contém dez pontos em que aborda as práticas necessárias para a organização ter sucesso dentro do processo revolucionário, dentre os principais estão a) não compactuar com a associação entre revolucionários e os partidos burgueses, b) a inserção do marxismo-leninismo

O surgimento de organizações no começo da década de 60 não ficou restrito apenas à aqueles grupos que se dedicavam exclusivamente à política seja no âmbito prático ou teórico, o início dessa década também é marcado pelo surgimento da Ação Popular (AP), organização que não estava vinculada anteriormente ao PCB nem a nenhum grupo de suas cisões, surge da junção de grupos católicos que partilhavam do mesmo ideal da revolução socialista. Ressalta-se que essa ligação citada no texto com outros partidos parte da ideia prática de convivência, no âmbito teórico a AP adepta da revolução socialista esteve muito próxima de outras organizações da década de 1960.

Segundo a obra dos militares, a Ação Popular surge no começo da década de sessenta e estabelece um contexto de como a política estava dividida dentro da Igreja Católica, especificamente do Clero. O principal representante da esquerda dentro da Igreja Católica citada na obra é D. Helder, e a representação da ala conservador está nas mãos de D. Jaime de Barros Câmara e D. Vicente Scherer, apesar dessa divisão de ideais políticos dentro da igreja católica, a maioria do clero se mantinha alheio às questões políticas que permeavam o Brasil.

A primeira observação a ser feita em relação ao surgimento da Ação Popular é que na obra dos militares não cita alguns fatores considerados importante para o surgimento da organização, segundo GORENDER (1987), a gênese da AP está ligada intrinsecamente à situação da Igreja Católica no contexto do fim da década de cinquenta e começo da década de sessenta, que é o pontificado de João XXIII, e dentro do contexto brasileiro, o acirramento do conflito das lutas de classes.

A obra dos militares traça um histórico anterior da Igreja Católica esquerdista antes de entrar no surgimento da Ação Popular, enquanto Gorender (1987) foca na organização de fato a partir de 1962, onde se tem a consolidação dessa organização, a obra dos militares recua a partir de 1959 onde apresenta os principais representantes da Igreja Católica, e os grupos também católicos que atuavam no período.

A Ação Católica é a organização que tem como objetivo, segundo o *Orvil* (2012), inserir a Igreja na sociedade e na política, começando a traçar seu caminho desde 1935, abrigando religiosos intelectuais tanto da esquerda quanto da direita, como fora citado acima. A Ação Católica abriga três movimentos importantes: a Juventude Estudantil Católica (JEC), que estava ligada principalmente aos setores da educação secundarista, a Juventude Operária Católica (JOC), que estava arraigada aos setores operários e a Juventude Universitária Católica (JUC),

dentro do movimento operário e c) a luta armada em forma de guerrilha no campo e na cidade como única forma de chegar à revolução. O documento tem esse nome devido a data de sua aprovação na Conferência Nacional da POLOP em abril de 1966.

a mais relevante delas que estava ligada aos estudantes universitários, e tinha estreitas relações com a esquerda Pessebista.

Gorender (1987) estabelece que a AP surge como forma de ter um grupo com católicos esquerdistas, mas que não estivesse diretamente ligado à Igreja Católica como permanecia a JUC. Assim, em Belo Horizonte, em 1962, surge a Ação Popular, nesse momento indo contra as novas organizações que surgiam e se aliando ao PCB. O *Orvil* (2012) relata que essa relação futura da AP com o PCB vinha desde quando os seus futuros membros faziam parte da JUC e mantinha relações com a UNE.

As motivações do surgimento da AP está presente em ambas as obras:

Os jovens católicos de esquerda, despertados para a “revolução brasileira” e sentindo-se suficientemente fortes, passaram a idealizar um organismo independente da Igreja. Iniciava-se o processo de formação da Ação Popular.” (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 54)

“Para os seus membros politizados, a Juventude Universitária Católica (JUC) se demonstrava já demasiado estreita, dada a vinculação oficial à Igreja. Nasceu, por isso, a idéia de criar outro veículo de ação política, que permitisse liberdade de atuação e não envolvesse a hierarquia católica hostil a politização esquerdizante (GORENDER, 1987, p. 36-37) .

O documento de fundação da AP em 1962, em Belo Horizonte, vinha sendo debatido desde o começo do ano em São Paulo, o documento aprovado em janeiro de 1962 ainda em São Paulo é intitulado de “Estatuto Ideológico” do qual pode se obter informações sobre a linha teórica que a AP exerceria no ato da sua fundação, sendo ela absorvendo conceitos de revolução brasileira e pelo socialismo. A reunião que ocorreu em janeiro de 1962 é citada apenas no *Orvil*, além de constar que o grupo antes da sua fundação em Belo Horizonte no mesmo ano optava pelo nome de Grupo de Ação Popular, tendo o nome Ação Popular escolhido em junho de 1962.

Em 1962 também foi escolhido o primeiro presidente da AP, Vinícius Caldeira Brandt. No ano seguinte, segundo a obra militar, ocorreu a fundação “oficial” da Ação Popular sendo seus principais fundadores Aldo Arantes, Luís Alberto Gomes de Souza, Herbeth José de Souza, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Cosme Alves Neto, Duarte Pereira e Péricles Santos de Souza. O ano de 1963 também é caracterizado pelo rompimento da Ação Popular com o PCB, após romper com o PCB também não se alia aos ideais de outras organizações como a POLOP por optar pelo socialismo e pelas reformas de base.

Em 1965, logo após o Golpe de 1964, a Ação Popular começa a trilhar caminhos da luta armada dentro da esquerda brasileira, nas palavras do *Orvil*, “A AP se torna uma organização revolucionária”. Essa mudança de rumos da organização se concretiza em 1965, quando um novo documento que trata das diretrizes da organização foi aprovado, substituindo aquele da sua fundação oficial em 1963. A tendência da AP a revolução brasileira vinha sendo bem vista

com bons olhos por parte dos revolucionários que não concordavam com os rumos quem o PCB estava tomando, a AP deixou de lado a política do populismo e a ideologia de uma burguesia anti-imperialista, optando assim pelo socialismo.

As ações da AP citadas pela obra militar apontam que a principal influência dentro da organização era a Revolução Cubana, sendo suas ações baseadas principalmente no foquismo, além de se aliar a grupos que mais tarde também seriam apontados como organizações adeptas da luta armada, a POLOP e o PC do B:

A AP transformava-se numa organização revolucionária, sem assumir o marxismo-leninismo. Prosseguia no domínio do Movimento Estudantil, elegendo seus militantes como membros de um triunvirato durante o XXVII Congresso da proscrita UNE, de julho de 1965. Ao mesmo tempo, em frente com a POLOP e o PC do B, conduzia os estudantes na mobilização contra a Lei Suplicy (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 155).

A Revolução Cubana teve reverberações nas organizações do Brasil, como aponta a literatura militar, já que a Revolução Cubana deu impulso para que as organizações começassem a aderir à estratégia revolucionária e para isso deviam aprender o modo de se fazer revolução em Cuba, em suas reuniões e congressos que funcionavam como treinamento para aqueles não cubanos que desejassem fazer a revolução comunista no seu país.

Segundo Gorender (1987), a teoria do foquismo, também chamada de teoria do foco guerrilheiro, influenciou diretamente o prelúdio da luta armada no Brasil. Esses ideais do foquismo circulavam entre a esquerda brasileira desde 1962 através de congressos e reuniões que ocorriam até mesmo fora do país, a exemplo dos congressos que ocorriam no Uruguai. Também circulavam através das obras do participante da revolução cubana e guerrilheiro Ernesto Che Guevara e do filósofo francês Régis Debray.

Abaixo podemos ver como ambas as obras tratam desse modo de se fazer a Revolução. Segundo o *Orvil* (2012), sobre a influência da Revolução Cubana na esquerda brasileira:

[...] A influência da revolução cubana iria começar a se fazer sentir na esquerda brasileira, marcando uma nova etapa da subversão. Segundo a ótica desses elementos subversivos, a revolução cubana demonstrara que a tomada do poder já era possível e que essa tarefa não precisava mais ser realizada pelos partidos comunistas tradicionais. “Chê” Guevara ressaltaria outra particularidade dessa revolução vitoriosa - a de que nem sempre era necessário que todas as condições objetivas e subjetivas se dessem juntas para tornar possível o sucesso da revolução (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 159).

Segundo Gorender (1987), sobre o foco guerrilheiro e as instruções de Che Guevara sobre a revolução:

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-

americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria *continental* impondo-se por cima de diferenças nacionais secundárias, *diretamente socialista*. Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo (GORENDER, 1987, p. 80).

Dentro do contexto de 1965, foi perceptível que as condições pacíficas e democráticas de tomar o poder dos golpistas começavam a expirar, o aumento da repressão pelo governo militar dava os primeiros sinais de um possível sufocamento das organizações contrárias à ditadura, a exemplo da AP, UNE e POLOP.

Em 1966, o Movimento Estudantil representado pela UNE estava ativo em algumas ações de protesto contra o governo militar, que tinham como objetivo exercer a opinião contrária a atitudes que o governo militar vinha tomando no âmbito da educação, como o acordo MEC-USAID de 1965 que tinha como objetivo estabelecer a relação entre os ensinos superiores do Brasil e dos Estados Unidos. Assim, o órgão estadunidense *United States Agency for International Development* (USAID) seria responsável por ditar o que era melhor para a educação superior no Brasil. Além desse, a UNE em seus protestos também reclamava das tentativas de privatização das universidades públicas e a cobrança de anuidades.

Ressalta-se que tratamos a UNE e o movimento estudantil como organizações ligadas diretamente à Ação Popular, sendo seus líderes membros da Ação Popular, isso incube que as ações tomadas pela UNE seriam as mesmas de caráter prático e teórico da AP, a exemplo em 1966, José Luiz Moreira Guedes, militante da AP, é eleito presidente da UNE.

A Ação Popular apesar de concentrar suas ações no meio estudantil universitário, também tinha influência no meio secundarista dos estudantes e no meio operário dando destaque para a inserção de militantes no meio dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista. Essas ações até então não passavam do meio urbano, isso não quer dizer que a AP não se preocupava com os princípios do foquismo, do qual dizia que as ações para revolução deveriam ser desencadeadas no meio camponês, no meio rural. Assim, começa a estabelecer alguns focos em zonas rurais e no campesinato brasileiro, os militares apontam os estados de Alagoas, Bahia, Maranhão e Pernambuco como principais locais em que a AP escolheu estabelecer seus focos guerrilheiros rurais.

A diversificação de locais no Brasil sobre a liderança da AP fez com que houvesse a necessidade de uma forma de instruir esses grupos. Então, em 1966, é criado o Jornal Revolução, que continha instruções de como atuar dentro das organizações.

A AP esteve diretamente ligada a ações revolucionárias da luta armada. Dentre elas, resolvi apontar a ocorrida em 25 de julho de 1966, abordada em ambas as obras. Tratou-se da

tentativa de atentado ao então candidato à presidência, o General Costa e Silva, no aeroporto em Pernambuco. Dentre as narrativas do evento, é possível encontrar algumas informações divergentes. A ação no aeroporto teve como mentor e executor um dirigente da Ação Popular que decidiu por conta própria fazer essa demonstração de ação armada contra o regime. Mais tarde, em 1969, chegou-se à conclusão de que o ato foi executado por militantes da Ação Popular, porém sem a autoria identificada.

Segundo Gorender (1987), o evento ocorreu às 8:45, deixando dois mortos e quatorze feridos, dentre eles não se incluindo o General Costa e Silva já que o mesmo se deslocou por automóvel até Recife. Já na obra dos militares, se apontou que por volta das 8:30 foi anunciado que o General não chegaria no aeroporto, fato esse que não consta na obra de Gorender (1987).

A obra dos militares nunca abordou a AP como uma possível responsável pelos atos no aeroporto de Recife, estabelecendo apenas que nesse momento em Recife havia apenas uma organização comunista, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), apontando-a indiretamente como uma possível responsável pela bomba.

O ato no aeroporto foi usado pelos militares como exemplo do perigo que essas organizações levavam não só ao governo, mas também para inocentes, tendo em vista que diversos civis ficaram feridos na explosão no aeroporto. Apesar do ato ser condenado pela Ação Popular, que não tinha ciência das ações dos militantes, e mais tarde foram apontados como grupos paralelos à Ação Popular, a narrativa apresentada pelos militares foi de homogeneidade das organizações e a classificação de ato terrorista das mesmas, mesmo sendo comprovado que a AP não apoiava esse tipo de atuação e que após o ocorrido ordenou o esfacelamento dos comandos armados e paralelos.

A conclusão dos militares sobre o ato de 25 de julho de 1966 no aeroporto de Recife:

O acaso, transferindo o local da chegada do futuro Presidente, impediu que a tragédia fosse maior. O terrorismo indiscriminado, atingindo pessoas inocentes, inclusive mulheres e crianças, mostrou a frieza e o fanatismo dos seus executores (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 21).

As ações da Ação Popular são caracterizadas como primeiro ato dos comunistas contra os “revolucionários” que estavam no poder, as ações seguintes de outras organizações também caracterizam o segundo e terceiro ato contra o governo golpista. Além da AP, outras organizações tiveram atividades diretas no combate e resistência ao governo militar, tornando limitado o trabalho citar todas elas, procurando citar as consideradas de maior relevância.

A partir dos eventos de 1966, de luta armada e de organizações paralelas, culminaram no afastamento do AP das ideias da revolução cubana e do foquismo, tendo em vista que as

organizações paralelas passaram a exercer atividades na cidade que não tinham aprovação da AP. Com o distanciamento da organização dos moldes da revolução cubana, a AP a partir de 1967 se apropria do maoísmo chinês e se torna uma organização marxista.

A teoria do foco guerrilheiro esteve ligada às diversas organizações contrárias à ditadura, como é o caso da já citada Organização Revolucionária Marxista Política Operária - ORM – POLOP. Abordaremos nas próximas linhas as observações sobre essa organização, citadas na obra *Combate nas Trevas* (1987) e na obra *A Revolução da VPR - A Vanguarda Popular Revolucionária* (2021).

O foquismo esteve presente na POLOP desde 1964. Ressalta-se que tanto a POLOP quanto a AP tinham dificuldades com a atuação das massas. O PCB ainda tinha forte influência nesse quesito mesmo após diversas desagregações. A teoria do foco guerrilheiro de Cuba permitiu iniciar as ações armadas mesmo sem o apoio das massas, fazendo com que fosse de extrema importância para os polopistas. A prática do foco guerrilheiro ficou apenas nos papéis, pelo menos no ano de deflagração do golpe, pois a organização foi rapidamente sufocada por infiltrados do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

A teoria do foco guerrilheiro, o debate entre os seus membros e as divergências teóricas e práticas, levaram a partir de 1967 às primeiras cisões dentro da POLOP, especificamente a partir do quarto congresso da organização em que começou a tomar rumos diferentes daquela defendida pela organização antes de 1964. No IV Congresso da POLOP é apresentado o Programa Socialista para o Brasil que em síntese apresentava as reformas de base que eram massacradas e criticadas pela POLOP quando estas eram defendidas pelo PCB e da sua associação com o governo Jango. A conclusão é que a POLOP se afastava rapidamente da luta armada, ou seja, do motivo principal que levaram os ex-militantes do PCB a se desvincular do partido.

Em setembro de 1967 alguns militantes da POLOP saem da organização e começam a fundar organizações ou a participar de outras já existentes, a exemplo a formação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que reunia ex-membros da POLOP, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), também surgem a partir das cisões dentro da POLOP, e a sua organização em composta por ex-militantes da mesma.

As mudanças de 1967 dentro da POLOP não fez com que houvesse apenas cisões, com a aproximação da teoria do PCB e o distanciamento das alas mais radicais do foquismo, a POLOP se associa em 1968 a outra organização que também tem suas origens no PCB, A

Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, dessa associação surgiria o Partido Operário Comunista - POC, se afastando de fato da luta armada e da Revolução Cubana.

A partir de 1966, as organizações começam a se pluralizar e as cisões e dissidências dentro das organizações tornam-se “comuns”, tendo em visto que qualquer desentendimento seja ele do ponto teórico, sobre qual modo de operar para tomar o poder, se seria pacífico, através da luta armada, até mesmo dentro dessas duas concepções era possível encontrar divergência. Caso o modo escolhido fosse pacífico qual seria essa forma pacífica? Aliar-se à burguesia, como fez o PCB? E se as linhas democráticas fossem sufocadas pelo regime, qual seria a forma de agir? Inúmeras eram as questões que levaram a surgir diversas organizações contrária à ditadura no Brasil e até mesmo fora dele, a exemplo a POLOP que através dela e da mudança interna surgiu relevantes organizações como a VPR, o MNR em 1966, sob a liderança de Leonel Brizola e o COLINA.

Considerando que a história dessas organizações se debruça no colo dos autores e os mesmos se reservam às vezes em partes das ações dessas organizações, mas em sua maioria esmiúçam cada uma delas desde seu surgimento até o seu sufocamento, tornando limitado o presente trabalho destrinchar cada uma delas, tentou-se estabelecer no presente capítulo as principais causas das mudanças de rumos dentro dessas organizações, e os motivos que vieram levar as cisões dentro delas.

Não é uma tentativa de homogeneização apontar que os motivos em algumas organizações são semelhantes, mas sim uma forma de apontar que os debates percorriam todas essas organizações e que o estudo teórico das esquerdas no contexto antes e após 1964 foi fator decisivo para consolidação ou esfacelamento das organizações, levando em conta também as ações da repressão sobre elas que é o que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - APONTAMENTOS SOBRE O FIM DAS ORGANIZAÇÕES E O SUFOCAMENTO PELA DITADURA

O presente capítulo irá estabelecer as principais ações do governo ditatorial e seus aparatos que tinham como objetivo o fim das organizações subversivas que ameaçavam a manutenção do poder pelos militares. A “revolução” estava no seu processo de legitimação a partir de 1964, a legitimação do Golpe, junto com a legitimação da violência e da repressão teria como objetivo principal o fim dos comunistas no Brasil.

O principal desmonte externo das organizações começa a partir de 1969, antecedido pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Ressalta-se que as dissidências dentro das organizações também foram de extrema importância para seu fim, mas que, em comparação com as ações repressivas do governo golpista, as segundas tiveram muito mais relevância do que a primeira. Os principais apontamentos deste capítulo são de narrativas presentes dentro da obra *Orvil* (2012) que trará ao leitor a compreensão das “justificativas” dos “revolucionários” para o início do período dos anos de chumbo.

Segundo os militares, mesmo após a promulgação da Constituição de 1967 e do AI -5, ainda havia dificuldades de governar o país, pois mesmo com o fechamento do Congresso e o aumento do poder do executivo, os militares ainda tinham motivos para agir dentro da ilegalidade, já que a Constituição era a mais pragmática que o país já teve (MACIEL; NASCIMENTO, 2012). Porém, ainda tinha suas falhas:

Começamos o ano de 1969 com as maiores dificuldades já vividas pela revolução na área institucional. A Constituição de 1967, a mais pragmática que tivemos, mostrara-se insuficiente para conciliar a revolução e a legalidade. (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 305).

As primeiras características desse período é que o AI - 5 não tinha tempo de vigência e que seria necessário para o combate à corrupção e aos subversivos. Dentro da obra o teor melancólico é usado como forma de um mal necessário, que os militares se interessavam pela volta do funcionamento das instituições e da imprensa, porém, não haviam possibilidades, nem prazos para o fim do Ato Institucional nº 5.

Para os militares havia avanços significativos no campo da economia após a vigência da Carta magna de 1967. Porém, além do combate à inflação e à crise econômica, havia a necessidade de combater os maus políticos, categoria bem heterogênea, do qual era composta por políticos que iam contra o fechamento do Congresso e o aumento do poder executivo, e por aqueles acusados de serem subversivos.

Nos aprofundaremos no combate àqueles considerados subversivos e às organizações que a partir de 1969 ficam inibidas de acesso à formas de tomada de poder pela via pacífica. Ressalta-se que alguns políticos inseridos na categoria acima eram somente defensores da continuidade do golpe nos moldes que estava sendo seguido e não necessariamente estavam ligados às organizações contrárias à ditadura.

A Guerra Revolucionária continuava e o inimigo interno precisava ser combatido.

3.1 O Movimento Estudantil

A primeira organização considerada subversiva a perder força dentro do regime foi o Movimento Estudantil (ME). O texto não revela se o ME ainda tinha como seu principal expoente a União Nacional dos Estudantes (UNE) ou mesmo se continuava ligada a outras organizações subversivas como a Ação Popular. O fim do Movimento Estudantil é caracterizado pela perda de força e que isso estaria atrelado diretamente a simpatia dos seus participantes com outras organizações contrária à ditadura. Apesar do fim do ME se encontrar datado por meados dos anos 1969, os militares não apontam qualquer relação do fim dessa organização com o aumento da repressão.

A repressão legitimada contra essas organizações em nenhum momento é citada dentro da obra dos militares, mesmo com sua intensificação a partir da Constituição de 1967 e o AI – 5. O clima é de progresso e de apenas conflitos políticos internos, por conta do agravamento da doença do então presidente Costa e Silva e ao período de instabilidade causado pela não aprovação do vice-presidente ao governo. Esse período de instabilidade interna do corpo político se finda com a eleição do presidente Emílio Garrastazu Médici em outubro de 1969.

Alguns militantes do Movimento Estudantil simpatizaram com a luta armada e, mesmo após comporem outras organizações maiores após o esfacelamento do movimento estudantil, continuavam com algumas ações menos relevantes, como protestos e ataques a alguns setores públicos:

As atividades do Movimento Estudantil, basicamente, restringiram-se aos comícios relâmpagos, às pichações e às panfletagens, todas efetuadas com cobertura armada, vistas como uma forma de auxiliar as organizações comunistas no preparo da opinião pública e no recrutamento da classe operária (MACIEL; NASCIMENTO, 2012. p. 311).

Deste modo, para os autores do *Orvil*, em 1969, a ação mais significativa dos estudantes *enfraquecidos* foi a chamada “semana Rockefeller” em que foi desencadeada uma série de eventos que protestaram principalmente contra os acordos entre Brasil e Estados Unidos no âmbito educacional, a exemplo o já citado acordo MEC-USAID, a justificativa à tendência

desses jovens às práticas subversivas é abordada no texto, que ela ocorre através principalmente da intensidade emocional que os jovens tinham naquele período, se justificava o comportamento pela falta de maturidade dos jovens militantes.

As ações até o final de 1969, foram menos intensas que o ano anterior. O ano de 1968 foi marcado por contínuas dissidências, como a participação do Movimento Estudantil junto aos sindicatos e aos movimentos grevistas operários, como aponta Gorender (1987).

Para Gorender (1987), a juventude militante não sofria apenas influência da idade e das paixões da juventude. Eles estavam inseridos no ápice da revolução cultural do final dos anos 1960. A crescente influência do governo norte-americano não estava somente do outro lado, a juventude brasileira de classe média estava no meio da Guerra do Vietnã, do movimento Hippie e da chamada Revolução Sexual de 1969.

Em 1969, o Movimento Estudantil, de fato, sobreviveu a curtos passos, porém Gorender (1987) aponta os fatores que ocorreram em 1968 para que o Movimento chegasse sufocado em 1969. Em março de 1968, o Movimento Estudantil é surpreendido por uma ação policial em um restaurante que alimentava estudantes. A justificativa para repressão era que ali se organizava a tentativa de ataque à Embaixada dos Estados Unidos. O tiro saiu pela culatra, como diz a expressão popular. A tentativa de enfraquecimento do Movimento causou a morte do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto. No dia seguinte, seu corpo foi acompanhado com um protesto de cerca de 2 milhões de estudantes. Como a censura à imprensa ocorreria apenas no final de 1968 e entrou em vigor no começo de 1969, a morte do jovem secundarista se tornou notícia em todo o país.

Apesar do grande número de simpatizantes aderindo aos protestos e movimentos que aconteciam, a polícia facilmente desmantelava esses movimentos estudantis. Para Gorender (1987), o golpe final para o ME e para UNE, que já estava na clandestinidade, ocorreu em 12 outubro de 1968:

Neste dia, as redações dos jornais ficaram perplexas diante da escolha do assunto para manchete: o justicamento do capitão Chandler ou a prisão de 739 universitários no 30º Congresso da UNE, numa fazenda no pacato município de Ibiúna, entre São Paulo e Sorocaba. Cercados pela Polícia Militar e conduzidos de ônibus ao Presídio Tiradentes, os congressistas foram fichados, liberados e recambiados aos Estados de origem, exceto um pequeno grupo de líderes (GORENDER, 1987, p.149).

Após a prisão dos congressistas ocorreu um *efeito dominó*: as lideranças estudantis começaram a serem presas, a exemplo do líder estudantil Antônio Guilherme Ribas, presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas de São Paulo e também membro do PCdoB que permaneceu preso, pois seu nome não foi inserido na lista de resgate da troca de prisioneiros

pelo embaixador dos Estados Unidos, suposições apontam para sua morte na Guerrilha do Araguaia em 1973.

O líder universitário Jean Marc Van der Weid, membro da AP também foi preso e torturado pelo Ministério da Marinha.

Conclui-se que, com o Ato Institucional nº 5, o Movimento Estudantil foi sufocado, suas lideranças não podiam sequer andar pelas ruas sem que corressem perigo. Apesar de algumas atuações citada no *Orvil* (2012) pelo Movimento Estudantil no ano de 1969, o mesmo já poderia ser considerado inexistente, as ações eram feitas por militantes que antes foram do Movimento Estudantil, mas já se encontravam dentro de organizações de luta armada.

2.2 Breves Apontamentos Sobre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro, criado a partir de dissidências do PCB, foi uma das organizações que sofreram diretamente com as ações da repressão policial que culminou no seu esfacelamento.

Os militares apontam duas organizações com o nome MR-8, sendo classificados como primeiro e segundo MR-8. Apresentaremos alguns apontamentos relativos ao chamado primeiro MR-8, que surgiu através da Dissidência Niterói.

O rompimento de militantes do PCB, a partir de 1964, é assunto comum neste trabalho. Além das formações de organizações já citadas, surgiu em 1966 o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional – MORELN. Dentre seus membros participavam militantes ligados a Universidade Fluminense. Por esse motivo também era conhecida pelo nome de Dissidência Fluminense. A desagregação ao PCB se deu por motivos já conhecidos: a não adesão do PCB à luta armada e, principalmente, aos moldes da Revolução Cubana.

A partir de 1967, o MORELN começa a se estruturar como organização armada. Tinha sua própria receita de como essa ação guerrilheira ia ocorrer:

- 1º fase:
- construção de uma organização que determinasse e iniciasse o reconhecimento de uma zona operacional;
- preparação de uma área de treinamento de guerrilha e formação de, pelo menos, um grupo, chamado de “grupo de campo”;
- desenvolvimento de contatos a nível nacional e internacional, visando, internamente, e angariar a futura adesão à guerrilha e, externamente, a obter a “solidariedade internacional” para o movimento.
- 2º fase: início do treinamento guerrilheiro.
- 3º fase: invasão de uma área de formação de uma coluna guerrilheira (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 198).

A mudança de nome da organização ocorreria após a morte do revolucionário cubano Ernesto Che Guevara, assassinado em 8 de outubro de 1967. A organização retira seus dois últimos nomes e os troca por 8 de outubro, fundando assim o Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Para os militares o segundo MR-8 surgiria em 1969 a partir da Dissidência da Guanabara.

As atuações do MR-8 dentro da formação do foco guerrilheiro começaram já no final de 1967, onde o território escolhido foi o sudoeste do Paraná. No ano seguinte, seguindo as orientações da teoria do foco que a guerrilha deveria ser em uma zona rural, afastada das cidades, onde a repressão estava mais presente, adentrou as matas do Parque Nacional do Iguaçu. No segundo semestre do mesmo ano, o MR-8 começou a enfrentar crises financeiras por conta do alto custo da sua atuação no Paraná. Os militares apontam que as principais dívidas da organização estavam relacionadas a publicações feitas pela organização, e ao pagamento de militantes que executavam trabalhos internos.

Com o déficit financeiro, o MR-8 executou algumas ações de expropriações. Em agosto de 1968, um desfalque de 60 milhões de cruzeiros em um banco, foi atribuído ao militante do MR-8 Mauro Fernando de Souza que trabalhava no Banco Mercantil de Niterói. Com a crescente falta de recursos da organização, em dezembro, é criado o Comando de Expropriações, o qual seria responsável por adquirir recursos para o MR-8. Esses recursos seriam oriundos principalmente de assaltos a bancos no Rio de Janeiro.

Os militares apontam diversos assaltos a bancos ocorridos entre 1968 e 1969 ao MR-8. Porém, mesmo com esses assaltos, a obra aponta que havia ainda necessidades de recursos para manter a organização, esses novos recursos começam a ser angariados em forma de doação a organização.

A quantia de quatrocentos mil cruzeiros, responsável pelo abandono do MR-8 dos assaltos a bancos foi cedido por Jorge Medeiros Valle, conhecido como “O Bom Burguês”. Esses são os últimos apontamentos do *Orvil* (2012) sobre a trajetória de obtenção de fundos da organização antes de seu sufocamento por ações policiais no Rio de Janeiro.

As ações da polícia para desestruturar o MR-8 começaram em 1967 com a prisão de doze membros da organização na região de Niterói e da Guanabara, principais regiões de atuação das lideranças da organização. Contudo, em 1968 com a extensão da organização ao Paraná para intensificação do foco guerrilheiro, existia uma quantidade significativa de membros do MR-8 em Curitiba, dentre eles seis foram presos. Ao final de 1969 todo o MR-8 já estava desestruturado, a polícia conseguiu atingir seu objetivo de prender os membros tanto

no Rio de Janeiro quanto em Curitiba. Não foram todos, mas os que sobraram migraram para outras organizações como a COLINA, VPR e ALN.

Apesar do apontamento do fim do MR-8 em 1969, a organização que teve suas ações reduzidas pelos autores do *Orvil*, à assaltos a bancos e expropriações. Contudo, o MR-8 esteve presente em setembro de 1969, na organização do sequestro do embaixador estadunidense que tinha como objetivo libertar militantes presos pela ditadura. A organização também esteve envolvida em outras ações associadas com outras organizações contrárias à ditadura.

Deduz-se que os militares apontam uma narrativa reducionista das ações do Movimento Revolucionário 8 de outubro com o objetivo de apontar ao leitor a “facilidade” de desarticular essa organização, chegando a afirmar que a organização contava no máximo com trinta militantes:

Na realidade, o MR-8, ex-DI/NIT, ex-MORELN, nunca passou de um pequeno grupo de pouco mais de 30 militantes. Com uma linha política pouco desenvolvida e sem uma liderança definida, vive às custas do dinheiro arrecadado num desfalque e em dois assaltos a bancos (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 367).

Conclui-se que o primeiro MR-8, e o segundo (a partir de 1969), tiveram importante participação dentro da luta armada, tendo participado diretamente do sequestro do embaixador estadunidense em 1969. Aliado a outras organizações, participou do sequestro do embaixador suíço em 1970. Realizou expropriações para adquirir recursos para a luta armada e guiou a sua trajetória aos moldes do foquismo da Revolução Cubana, com sua fazenda no Paraná que treinava guerrilheiros para a luta armada.

O “fim” do primeiro MR-8 nos anos 1969 desencadeou sua desestruturação, porém, seus ex-membros continuavam com suas atuações mesmo que em outras organizações.

3.3 O Produto Das Lutas Internas e da Intensificação do Regime

As lutas internas dentro das organizações contrárias à ditadura fizeram com que houvesse cisões, surgimento de novas organizações e até mesmo seu enfraquecimento. Os debates teóricos e práticos dentro das organizações ocorriam até mesmo antes do Golpe de 1964, e continuam após sua deflagração. Porém, o contexto do qual o regime ditatorial se encontrava vai nortear em certos aspectos quais serão os resultados dessas cisões dentro das organizações. Nos atentaremos neste capítulo às cisões que ocorreram a partir do final de 1968 e começo de 1969, período da intensificação da repressão contra as organizações, e o resultado da relação entre discussões internas e intensificação dos aparatos repressivos.

Em 1968, a Ação Popular sofre a primeira significativa cisão dentro do partido que levou à formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). As discussões dentro da organização estavam relacionadas aos rumos que o partido iria percorrer no contexto de aumento da repressão contra os militantes. Os apontamentos sobre a cisão de 1968 e a fundação do PRT estão presentes nas duas obras abordadas neste trabalho.

Segundo os militares, o fator responsável pela cisão dentro da AP foram as divergências teóricas, que mais tarde se tornaram práticas, que estavam incomodando parte dos membros da Ação Popular. O maoísmo cristão começava a ser questionado tendo em vista que uma forma pacífica de tomada de poder se tornava cada vez mais distante da realidade.

As motivações e os atores participantes desse conflito interno da AP alcançam um consenso entre as obras. Em ambas, Vinícius Caldeira Brandt elabora um documento intitulado “*Dois posições*”. O documento é elaborado com a participação de companheiros que também discordavam dos rumos que a revolução dentro da AP estava seguindo, eram alguns deles: Maria do Carmo Ibiapina de Menezes, Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes, casado com Maria do Carmo, citados no *Orvil* (2012), Altino Rodrigues Dantas Júnior e Alípio Cristiano de Freitas, os dois últimos citados tanto no *Orvil* (2012) quanto na obra de Gorender (1987).

A entrega do documento não agradou a direção nacional da AP que os expulsou da organização, os ex-militantes da AP são nomeados de “*corrente dois*” pelos militares, a “*corrente dois*” já começaria em 1968 os estudos para a fundação de um novo partido revolucionário. Esse grupo que se desvinculou da AP em 1969 se reuniu com ex-militantes da POLOP e do PCB e formam o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O PRT teria como cerne a revolução socialista realizada em uma etapa, divergindo diretamente da nova posição da AP que abordava que a revolução ocorreria de forma democrática-burguesa, sendo essa a primeira de duas etapas.

O ano de 1969, dentro do PRT, serviu para que se criassem as bases no qual o funcionamento da organização estaria posto. Em setembro de 1969 o documento intitulado “*Projeto de Programa*” foi aprovado. Nele continha as informações referentes a todo o funcionamento da organização no país:

No aspecto organização, o PRT constituía-se de comitês central, regionais e de zona -, secretarias e regiões (115).

Os comitês zonais deveriam ser compostos por 3 bases em funcionamento - a cinco elementos cada - e duas sendo estruturadas.

Cada comitê deveria ter um secretariado de quatro membros, que ocupariam as Secretarias de Guerra Revolucionária, de Organização, de Massas - Agitação e Propaganda, e a de Finanças.

A Secretaria de Guerra Revolucionária seria a responsável pela guerrilha, pela inteligência e pela propaganda armada (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 404 e 405).

Apesar de teoricamente organizado, o PRT não conseguiu recursos nem contingente de militantes suficientes para se manter como organização de ações diversas. Sendo assim, o PRT se desestrutura nos anos seguintes e se incorpora a outras organizações.

Após a formação da “*corrente dois*” que desencadeou o PRT, a Ação Popular mantinha suas convicções teóricas e práticas firmes, pelo menos até o começo da década de 1970. Portanto, com um certo enfraquecimento de militantes dentro da AP, a organização opta por se aproximar de outra organização para colaborar com suas ações, tornando mais viável estreitar seus relacionamentos com o PCdoB.

Apesar do caráter de luta armada do PCdoB, as duas organizações encontraram algo em comum na ideologia anti-imperialista, que era defendida por ambas as organizações. Porém, para as duas entrarem em uma linha teórica igualitária uma das duas organizações precisaria se reformular ideologicamente.

A mudança ocorreu dentro da Ação Popular, a partir de 1971. A organização deixa o Maoísmo e passa pela marxistização, agora com o nome de Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Se as críticas feitas pelo grupo da “*corrente dois*” fizeram com que os seus idealizadores fossem expulsos da AP, era de conhecimento que parte da AP não iria ver com bons olhos essa aproximação da organização com o PCdoB, que podia ser considerada também uma aproximação da guerra revolucionária e da luta armada como forma de combater o regime ditatorial.

Houve esforços da AP-ML para convencerem os membros que não concordavam com a mudança da organização, que essa mudança para o Marxismo-Leninismo seria fundamental não só para a manutenção da organização, mas para a instauração da “Revolução Brasileira”. Dentro dessa lógica, alguns documentos foram publicados, a partir da chamada segunda linha que era “A caracterização da sociedade brasileira e da revolução brasileira”. Gorender aponta que:

Dentro desta segunda linha, foi publicado, em 1972, um trabalho sistemático - *Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira*. Sem indicação de autoria (mas produto da colaboração entre Haroldo de Lima, Aldo Arantes, José Renato Rabello e Duarte Pereira), o trabalho denota o esforço discursivo no sentido da interpretação de dados socioeconômicos de maneira rebaixada, com o fim prefixado de apresentar a sociedade brasileira mais atrasada do que é na realidade (GORENDER, 1987, p. 116).

A aproximação com o PCdoB pela AP-ML já era uma realidade indiscutível. A segunda passa por esse momento de formalização e concretização das linhas teóricas a serem seguidas. Concluída essa fase em 1973 a AP-ML se funde ao PCdoB e deixa de fora aqueles militantes

que concordavam com a nova linha teórica, mas não com o fim da AP-ML e a formação de uma única organização.

A existência da Ação Popular com o caráter Maoísta exigia esforços hercúleos, já que a maioria dos militantes que ainda compartilhavam dessa linha eram aqueles que permaneceram na AP no momento da expulsão do grupo que formou o PRT, e aqueles que não se integraram ao PCdoB, ou seja, um número irrisório de militantes não foi o suficiente para manter a organização como era após tantas “baixas ideológicas” marcando o final de 1973 e o começo de 1974 como fim da Ação Popular nos moldes dos anos do final da década de 1960.

Os apontamentos sobre a mudança da AP para AP-ML, sua integração total com o PCdoB estão presente na obra *O Combate nas Trevas*, abaixo abordaremos como essa mudança da AP foi vista pelos militares.

A primeira dissonância que se pode apontar é na própria nomenclatura da organização, os militares a tratam como Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B). Dentro dos debates acima expostos os militares apontam que o documento “*Contribuição ao Estudo Científico da Sociedade Brasileira*” seria uma resposta ríspida à minoria da organização que criticava a aproximação das organizações em 1971. Essa minoria do partido teria exposto suas ideias contrárias à associação das duas organizações e também à mudança de linha teórica em uma reunião do Comitê Central em novembro de 1971, sendo o documento publicado em 1972 e uma segunda edição em 1973.

Antes de 1973 já havia algumas incorporações “ilegais” por parte de membros da AP-ML ao PCdoB. Dentro dos fatores que levaram a esse tipo de incorporação, estava o fascínio da maioria dos membros já aproximados ao PCdoB das suas ações revolucionárias, como foi o caso do conhecimento de que o PCdoB estava organizando guerrilhas na região do Araguaia:

Nesse contexto, a decisão de incorporação em 1973, foi apenas uma formalização do que já vinha ocorrendo na prática:

O rompimento, que já ocorrera de fato, foi formalizado no final de setembro, com o afastamento dos representantes da minoria, Jair Ferreira de Sá e de Paulo Stuart Wright da DN da APML do B, seguindo-se da expulsão de ambos da organização.

Com a expulsão dos dirigentes da corrente “trotskista”, o Congresso previsto perdera o seu significado. Estavam afastados todos os obstáculos que se antepunham à incorporação ao PC do B (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p.713).

Com a integração da AP-ML com o PCdoB, tornando-se apenas uma organização, e a minoria dos membros que ainda seguiam a linha teórica da AP não eram suficientes para tocar a organização e suas ações, aponta-se o final de 1973 como o fim das ações da Ação Popular dentro da linha de resistência ao governo ditatorial e conclui-se que, segundo Gorender (1987,

p. 117), entre as organizações da esquerda brasileira, a trajetória da AP foi das mais sinuosas e eruptivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tentou fazer um levantamento da trajetória das organizações contrárias à ditadura, do seu funcionamento interno, e das suas formas de atuarem dentro do regime, a partir das obras *Orvil -Tentativas de Tomada do Poder* (2012) e *Combate nas Trevas* (1987). No decorrer da construção do documento foi constatado alguns possíveis empecilhos que levaram à algumas lacunas no trabalho, como os limites impostos por ambas as obras, não que ambas estejam incompletas, mas que as narrativas sobre os assuntos abordados não seguiam uma regra, aumentando assim o grau de complexidade para procurar as posições de determinada abordagem em uma e na outra.

Tratar sobre a Ditadura Civil-Militar é uma tarefa árdua e complexa, cuja complexidade aumenta ainda mais quando se põe em xeque os documentos historiográficos sobre o período junto aos documentos de militantes e militares, entre os que atuavam no período em organizações contrárias à ditadura e aqueles que integravam o aparato repressivo do Estado. Tentou-se trabalhar com essas questões dentro dessas obras ao máximo sem agredir questões já concretas por parte da historiografia, mesmo que com alguns apontamentos do revisionismo historiográfico.

No decorrer dos capítulos houve esforços para apresentar primeiro a contextualização da realidade em que as organizações estavam inseridas, a fim de compreender a dimensão das atividades repressivas do Estado que iriam influenciar diretamente nessas organizações: quem eram os responsáveis por essa repressão, quem as fazia na prática e quando ocorria na prática, em que ela se baseava e onde esses métodos eram aprendidos.

A partir do conhecimento das complexidades dos que estavam no poder após o Golpe de 1964, fez-se o levantamento de algumas organizações e suas cisões dentro do regime militar. Porém, dentro dos limites impostos pelo trabalho, foi necessário considerar aquelas que estavam no campo de visão das duas obras, apesar de abordarem diversas organizações contrárias à ditadura, não foi possível abordar todas elas, sequer a maioria, por conta não só da complexidade dessas organizações como também da dificuldade de análise da obra dos militares, do qual é dividida em dois volumes, tendo o total de 953 páginas em que tratam diretamente dessas organizações.

Conclui-se que existem aproximações e distanciamentos entre as narrativas das obras trabalhadas. O que não se pode questionar é a capacidade dos militares tiveram de usar as narrativas da historiografia a seu favor, colaborando para um discurso que iria permanecer até depois da abertura para a democracia. Os debates ali propostos se reacenderam na última década

e precisa de um trabalho árduo e contínuo de análises dessas narrativas e a sua reverberação no discurso da extrema direita brasileira e nos rumos do Brasil. Essa complexidade foi perceptível ao longo do presente trabalho.

Em sua maioria, as informações e os debates historiográficos presentes em ambas as obras se aproximam. Sua distância é quase que irrisória, necessitando de questionamentos sobre o motivo de algumas serem próximas e outras extremamente distantes. Arrisco que a resposta seria pela conveniência dos fatos que favoreceram ou desestruturaram a imagem do período da Ditadura Civil-militar brasileira no período em que a obra foi publicada e nos anos que viriam.

FONTES

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Expressão Popular, 1987.

NASCIMENTO, José. MACIEL, Lício. *O Orvil*. São Paulo: Schoba, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. 3º ed. Petrópolis, Vozes, 1985. 362 pp.

ANGELO, Vitor Amorim. Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 52-78. ISSN: 2179-8869. 24/mar. 2014.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. Olho por olho. Os livros proibidos da ditadura. São Paulo: Record, 2009.

GOMES, Victor Leandro Chaves; LENA JÚNIOR, Hélio de. A construção autoritária do Regime Civil-Militar no Brasil: Doutrina de segurança nacional e Atos Institucionais (1964-1969). *OPIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 79-100. Jan-junho, 2014.

JUSTAMAND, M. ; MECI, P. S. ; FUNARI, P. P. A. . Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira. In: MECI, Patricia;

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34, São Paulo. 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *In* CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, Dallas, Texas, 27-29 de março de 2003.

MELO, Wanderson Fábio. (Org.). **Questões da Ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações**. 1ed. Palmas: Eduft, 2014. v. 1, p. 28-43.

MOREIRA, Eduardo. **EXCLUSIVO: O plano secreto Bolsonaro revelado pelo professor João Cezar de Castro Rocha** - 17/02. Youtube, 2021. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gCv3rYDof0U>>. Acesso em 20 ago. 2021.

SADER, Emir. A construção da hegemonia neoliberal. São Paulo: Boitempo: FLACSO Brasil, 2013, pp.135-143.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 245-279.

SILVA, C. L. S. A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.